

UNIVERSIDADE ROVUMA

MANUAL DO CURSO


IMPACTOS DAS POLÍTICAS ALIMENTARES E NUTRICIONAIS EM MOÇAMBIQUE

A ferramenta
*Food Environment
Policy Index - Food EPI*

Dezembro 2023

Autores:
Karin Fiege
Christine Bohn

Co-Autores:
Pompílio Armando Vintuar
José Daniel



UNIVERSIDADE ROVUMA

MANUAL DO CURSO

**IMPACTOS DAS
POLÍTICAS
ALIMENTARES
E NUTRICIONAIS
EM MOÇAMBIQUE**

A ferramenta
*Food Environment
Policy Index - Food EPI*

Dezembro 2023



FICHA TÉCNICA

Título:	Manual do curso “IMPACTOS DAS POLÍTICAS ALIMENTARES E NUTRICIONAIS EM MOÇAMBIQUE”: A ferramenta <i>Food Environment Policy Index - Food EPI</i>
Autores:	Karin Fiege ¹ & Christine Bohn ²
Co-autores:	Pompílio Armando Vintuar ³ & José Daniel ⁴
Revisão linguística:	David Langa & Ana Moreno
Design gráfico	José Miguel Correa

O projecto FEMOZ é financiado pelo Ministério Federal da Alimentação e Agricultura (BMEL) com base numa resolução do Parlamento da República Federal da Alemanha. O projecto é apoiado pelo Departamento Federal de Agricultura e Alimentação (BLE) no âmbito do programa de promoção da inovação.

Universidade Técnica de Colónia (Universidade de Ciências Aplicadas) Instituto de Tecnologia e Gestão de Recursos nos Trópicos e Subtrópicos - ITT

Betzdorfer Straße 2
50679 Köln (Deutz), Alemanha
Telefone: +49(0)221 8275-2774
<https://www.tt.th-koeln.de>

Frankenförder Forschungsgesellschaft mbH

Potsdamer Straße 18a
14943 Luckenwalde, Alemanha
Telefone: +49(0)3371 402277

Secção científica Berlim

Meeraner Str. 1
12681 Berlim, Alemanha
Telefone: +49(0)30 28091931
www.frankenfoerder-fg.de

Universidade Rovuma

Avenida Josina Machel, nº 256
Caixa Postal 544
Nampula, Moçambique
Telefone: +258 84 0731777
www.unirovuma.ac.mz

1 Universidade Técnica de Colónia, Instituto de Tecnologia e Gestão de Recursos nos Trópicos e Subtrópicos (ITT), karin.fiege@gmx.de
2 Frankenfoerder Forschungsgesellschaft (FFG), bohn@frankenfoerder-fg.de
3 Universidade Rovuma (UniRovuma), pvintuar@unirovuma.ac.mz
4 Universidade Rovuma (UniRovuma), j.daniel@unirovuma.ac.mz

ÍNDICE

Introdução.....	8
PARTE I	12
1 Objectivos do curso	12
2 Conteúdo e Estrutura do curso.....	12
3 Didáctica	12
PARTE II.....	13
4 Necessidade para a análise de impactos das políticas alimentares e nutricionais	13
4.1 Crise alimentar e nutricional global	13
4.2 Políticas face ao problema do Duplo Fardo da Desnutrição	14
4.3 Situação e impactos de insegurança alimentar e nutricional em Moçambique.....	16
4.4 Políticas alimentares e nutricionais em Moçambique	18
PARTE III.....	26
5 Dimensões e indicadores da análise do impacto das políticas: exemplo do <i>Food EPI</i>	26
5.1 Dimensões e indicadores do <i>Food EPI</i>	27
5.2 Procedimento metodológico.....	29
5.3 Necessidades de adaptar a ferramenta.....	32
Referências bibliográficas	33
ANEXO	36
Anexo I: Indicadores por dimensão do <i>Food EPI</i>	36
Anexo II: Fichas de Trabalho.....	43
Anexo III: Boas práticas.....	44
Anexo IV: Regras de visualização metaplan e tarefas de moderação	49
Anexo V: Bibliografia suplementar.....	51

Lista de siglas e acrónimos

CMSC	Comunicação para a Mudança Social e de Comportamento
CODSAN	Conselhos Distritais de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COPSAN	Conselhos Provinciais de Segurança Alimentar e Nutricional
DHA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DNTs	Doenças Não Transmissíveis
ENDE	Estratégia Nacional do Desenvolvimento
ENSSB	Estratégia Nacional de Segurança Social Básica
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
FEMOZ	Fortalecimento da Resiliência dos Sistemas Alimentares Rurais no Contexto do Risco de Desastres e Mudanças Climáticas em Moçambique
<i>Food EPI</i>	<i>Food Environment Policy Index</i>
GAIN	<i>Global Agricultural Information Network</i> ; Rede Global de Informações Agrícolas
GNR	<i>Global Nutrition Report</i> ; Relatório sobre a nutrição mundial
GdM	Governo de Moçambique
HIV-SIDA	Vírus de imunodeficiência humana e síndrome de imunodeficiência adquirida
IDS	Inquérito Demográfico de Saúde
IFPRI	<i>International Food Policy Research Institute</i> ; Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares
IMC	Índice de Massa Corporal
INFORMAS	<i>International Network for Food and Obesity/Non-Communicable Disease Research Monitoring and Action Support</i> ; Rede Internacional para a pesquisa, o Monitoramento e a Acção de Apoio da Alimentação e a Obesidade/Doenças Crônicas não Transmissíveis
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IOF	Inquérito sobre Orçamento Familiar
IPC	<i>Integrated Food Security Phase Classification</i> ; Classificação integrada da fase de segurança alimentar
IPC-IG	<i>International Policy Centre for Inclusive Growth</i> ; Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINAG	Ministério da Agricultura
MINED	Ministério da Educação

MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MISAU	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMR	Observatório do Meio Rural
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Pacote de Medidas de Aceleração Económica
PAMRDC	Plano de Acção Multissectorial para a Redução da Desnutrição Crónica
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PASAN	Plano de Acção para a Segurança Alimentar e Nutricional
PEDSA	Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário
PEI	Política e Estratégia Industrial
PEN	<i>Policy Evaluation Network</i> ; Rede de Avaliação de Políticas
PIB	Produto Interno Bruto
PNISA	Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PRONAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
SUN	<i>Scaling Up Nutrition</i>
UE	União Europeia
UNICEF	Fundo Internacional para a Infância
USAID	Agência Internacional Norte Americana para o Desenvolvimento
USDA	<i>United States Department of Agriculture</i> ; Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
WHA	<i>World Health Assembly</i> ; Assembleia Mundial da Saúde
WHO	<i>World Health Organization</i> ; Organização Mundial de Saúde (OMS)

INTRODUÇÃO

Apesar de grandes esforços da comunidade mundial, a desnutrição continua a ser um problema grande em muitas partes do mundo. É importante reflectir sobre as políticas alimentares e nutricionais, bem como analisar os seus impactos para identificar caminhos promissoras para enfrentar o problema. A crise alimentar é uma crise mundial, mas o Sul Global está confrontado com dois processos paralelos: de um lado, a falta de alimentos afecta uma grande parte da população, e por outro lado, a expansão de alimentos industrialmente processados representa um perigo para a saúde dos consumidores. O aumento de Doenças Não Transmissíveis (DNTs), como hipertensão, certos tipos de cancro, diabetes e adipositas, são directamente ligados ao consumo de alimentos industrialmente processados, ricos em açúcar, sal e gorduras *trans* e outros componentes perigosos. Isso significa, que as sociedades do Sul Global e as políticas alimentares e nutricionais devem responder a um “duplo fardo de desnutrição”.

A academia deve promover a procura de soluções para a desnutrição. Um objectivo é o desenvolvimento, a aplicação e divulgação de métodos capazes de medir e avaliar impactos de intervenções políticas. A Universidade Rovuma oferece um curso de curta duração para divulgar a ferramenta “*Food Environment Policy Index (Food EPI)*” uma das metodologias mais abrangentes e comparativas para medir impactos das políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN). Através do *Food EPI* podemos tomar em consideração várias dimensões políticas que tem efeitos na situação alimentar e nutricional de um país.

O curso transmite conhecimentos dos conteúdos e da aplicação da ferramenta *Food EPI*, que pode ser útil como instrumento para estudantes de diferentes disciplinas, funcionários e técnicos do Estado e das Organizações Não Governamentais.

Como ler o manual:

Este manual serve para acompanhar o curso sobre “Impactos das Políticas Alimentares e Nutricionais”. A parte I, apresenta algumas informações gerais sobre o curso, como os objectivos, os conteúdos e a didáctica. A parte II resume o problema e os desafios políticos da Insegurança Alimentar e Nutricional, no mundo, e em Moçambique. A parte III apresenta a ferramenta *Food EPI*. No anexo encontram-se informações suplementares sobre indicadores, fichas de trabalho e bibliografia suplementar.

GLOSSÁRIO

Algumas definições dos conceitos técnicos através do MISAU (2018), do INE/IDS (2023), da FAO e da OMS (diferentes fontes)⁵

Alimentação: Processo pelo qual os organismos obtêm e assimilam alimentos ou nutrientes para as suas funções vitais, incluindo o crescimento, movimento, reprodução e manutenção da temperatura do corpo.

Alimentação Adequada: É aquela que tem todos os nutrientes necessários, mais do que para assegurar as funções vitais, suprir todas as necessidades específicas de cada indivíduo, garantindo um bom crescimento, desenvolvimento, prevenindo situações de doença. Uma alimentação adequada tem também em conta o contexto e as condições socioeconómicas em que se inserem, os valores culturais, a satisfação do gosto e os hábitos do indivíduo.

Alimentação Completa: Aquela que fornece ao organismo todas as substâncias que o integram: proteínas, lípidos, hidratos de carbono, vitaminas, minerais, oligoelementos, água e fibras.

Alimentação Equilibrada: Aquela que garante que a quantidade de alimentos é suficiente para cobrir as exigências energéticas do organismo e manter em equilíbrio o seu balanço. As calorias ingeridas através dos alimentos devem ser suficientes para suprir o gasto energético de cada indivíduo. As diferentes actividades determinam as diferentes exigências calóricas.

Alimentação Saudável: Uma alimentação saudável é aquela que, mais do que suprir as necessidades básicas e garantir as funções vitais, é completa, equilibrada e variada do ponto de vista nutricional.

Alimentação Variada: Deve também incluir todos os nutrientes que devem ser ingeridos diariamente. Dentro do mesmo grupo de alimentos, diferentes alimentos têm diferentes nutrientes, em quantidades diferentes.

Baixo peso (avaliado por peso para idade): O peso-para-idade é um índice composto de altura-para-idade e peso-para-altura que leva em consideração tanto a perda de peso quanto a baixa estatura. Crianças cujo *z score* de peso para idade está abaixo de menos dois desvios padrão (-2 DP) da mediana da população de referência são classificadas como abaixo do peso. Crianças cujo *z score* de peso para idade está abaixo de menos três desvios padrão (-3 DP) da mediana são consideradas gravemente abaixo do peso.

Desnutrição⁶: Refere-se mais amplamente tanto à subnutrição (problemas causados por deficiências) como à sobrenutrição (problemas causados por dietas desequilibradas que envolvem o consumo excessivo de calorias em relação às necessidades, com ou sem baixo consumo de alimentos ricos em micronutrientes) (Welthungerhilfe *et al.*, 2021).

⁵ Observa-se que existem diferentes definições destes termos na literatura.

⁶ Outros autores definem a desnutrição num sentido mais restrito, sem incluir o sobrepeso/obesidade; por exemplo, de acordo com UNICEF (2021), a desnutrição inclui “desnutrição crónica e desnutrição aguda, bem como deficiências de vitaminas e minerais”. Utilizam o termo “má nutrição” para se referirem a desnutrição incluindo sobrepeso/obesidade.

Desnutrição aguda (avaliado por peso para altura): O índice de peso-para-altura mede a massa corporal em relação à altura ou comprimento do corpo e descreve a desnutrição aguda. As crianças cujo *z score* está abaixo de menos dois desvios padrão (-2 DP) da mediana da população de referência são consideradas de ter desnutrição aguda. As crianças cujo *z score* de peso-para-altura está abaixo de menos três desvios padrão (-3 DP) da mediana da população de referência são consideradas de ter desnutrição aguda grave.

Desnutrição crónica (avaliada por altura para idade): Altura-para-idade é uma medida de crescimento instável. As crianças cujo *z score* de altura-para-idade está abaixo de menos dois desvios padrão (-2 DP) da mediana da população de referência são consideradas de ter desnutrição crónica. As crianças que estão abaixo de menos três desvios padrão (-3 DP) são consideradas de ter desnutrição crónica grave.

Doenças Cardiovasculares, DCV - (cardio = coração; vasculares = vasos sanguíneos): São as doenças que afectam o sistema circulatório, ou seja, o coração e os vasos sanguíneos (artérias, veias e vasos capilares). Quase todas são provocadas por aterosclerose, ou seja, pelo depósito de placas de gordura e cálcio no interior das artérias que dificultam a circulação sanguínea nos órgãos e podem mesmo chegar a impedi-la.

Duplo Fardo/ Dupla Carga da Malnutrição: Consiste tanto na subnutrição como no excesso de peso e na obesidade, bem como nas doenças não transmissíveis relacionadas com a alimentação. A subnutrição manifesta-se de quatro formas gerais: emaciação, atraso de crescimento, peso insuficiente e deficiências de micronutrientes.

Estilo de Vida: É o conjunto de hábitos e comportamentos de resposta às situações do dia-a-dia, aprendidos através do processo de socialização e constantemente reinterpretados e testados, ao longo do ciclo de vida. O estilo de vida inclui hábitos quotidianos relacionados com a alimentação, a actividade física, o tabagismo, o consumo de álcool e o comportamento sexual.

Hipertensão Arterial (HTA): É uma doença crónica não transmissível, que ocorre, quando a pressão, que o sangue faz na parede das artérias para se movimentar, é muito forte, sendo considerado hipertensão o valor igual ou superior a 140/90 mmHg (pressão sistólica/pressão diastólica) em três medições consecutivas.

Malnutrição (ou má nutrição): Condição nutricional caracterizada pela falta de equilíbrio na quantidade e qualidade dos alimentos consumidos e, conseqüente, carência de nutrientes. A malnutrição refere-se a deficiências ou excessos na ingestão de nutrientes, desequilíbrio de nutrientes essenciais ou utilização deficiente de nutrientes.

Nutrição: É a ciência que estuda os alimentos, seus nutrientes, bem como a sua interacção, acção e balanço em relação à saúde e doença, além dos processos pelos quais o organismo ingere, absorve, transporta, utiliza e excreta os nutrientes.

Obesidade: É uma doença não transmissível caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal associada a um risco para a saúde.

Sedentarismo: É a falta de actividade física suficiente que pode afetar potencialmente a saúde de uma pessoa.

Transição Nutricional: A transição nutricional refere-se a um processo no tempo caracterizado por modificações no perfil alimentar e nutricional da população derivado de mudanças sociais, económicas e demográficas.

Transporte/Viagem Activa - também conhecida como mobilidade activa: É uma abordagem de mobilidade com enfoque na actividade física (caminhar ou andar de bicicleta), contrariamente aos meios de transporte motorizados e dependentes de combustíveis.

Saúde: Estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de doenças.

Sobrepeso (avaliado por peso para altura): Crianças cujo z score de peso-para-altura está mais de dois desvios padrão (+2 DP) acima da mediana da população de referência são consideradas como sobrepeso.

Triple Fardo de Desnutrição: A coexistência de subnutrição na população, deficiências de micronutrientes e sobrenutrição numa população, comunidade ou indivíduo.

PARTE I

1 Objectivos do curso

No fim do curso, os estudantes devem ser capazes de:

- Ter noção sobre a problemática da malnutrição e do Duplo Fardo da Desnutrição, como consequência da mudança de padrões de consumo e estilos de vida
- Avaliar o papel da política na redução da malnutrição e no combate de Doenças Não Transmissíveis
- Conhecer os desafios de medir os impactos de políticas multissectoriais na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)
- Entender a ferramenta do “*Food Environment Policy Index (Food EPI)*”, as suas dimensões, indicadores e os procedimentos metodológicos
- Saber aplicar os instrumentos do *Food EPI* e conhecer os desafios de sua aplicação.

2 Conteúdo e Estrutura do curso

- Crise alimentar e o Duplo Fardo da Desnutrição
- Papel da política na área SAN e a importância da avaliação de impactos das políticas
- A ferramenta *Food EPI*: dimensões, indicadores, metodologia
- Análise de evidências de dimensões seleccionadas
- Aplicação de diferentes tipos de métodos de levantamento de dados, como *workshops* com grupos-alvo, entrevistas com especialistas
- Revisão crítica da ferramenta
- Possível valor aditivo para o campo profissional individual: transferência da aprendizagem.

3 Didáctica

O curso aplica uma mistura de métodos didácticos. O foco está na aplicação da ferramenta *Food EPI* na base de diferentes tarefas e de trabalho em grupos. O conteúdo vai ser apresentado por docentes, os estudantes aplicam a ferramenta, apresentam os resultados do trabalho na plenária e recebem uma retroalimentação através dos colegas e docentes.

Métodos utilizados no âmbito do curso são:

- Apresentações e palestras
- Análise de conteúdos
- Trabalho em grupos
- Simulações de *workshops* e entrevistas com especialistas

PARTE II

4 Necessidade para a análise de impactos das políticas alimentares e nutricionais⁷

4.1 Crise alimentar e nutricional global

Embora nos anos 90, ainda houvesse um optimismo cauteloso quanto à possibilidade de ultrapassar a crise alimentar mundial, a situação está a tornar-se dramática, especialmente nos países africanos. Cinco tendências estão a impulsionar o novo aumento do número de pessoas que sofrem de fome crónica em todo o mundo: o impacto da pandemia do Coronavírus, a maior frequência de conflitos violentos, a quebra de colheitas devido a fenómenos meteorológicos extremos relacionados com as alterações climáticas e o abandono das zonas rurais no Sul Global, bem como a alta subida dos preços dos alimentos de base e a escassez de abastecimento resultante da guerra da Rússia à Ucrânia agravam ainda mais a situação da fome e da nutrição.

Paralelamente à situação alarmante de crise alimentar, está a ocorrer uma evolução menos notada a nível mundial - o mundo experimenta uma expansão das DNTs como a diabetes, certos tipos de cancro, a hipertensão e as doenças coronárias: das 56,4 milhões de mortes globais em 2015, 39,5 milhões (70%) foram decorrentes de DNTs (MISAU, 2018: 5), o que afecta, em grande velocidade, também os países do Sul Global. “O peso dessas doenças tem vindo a aumentar desproporcionalmente entre os países em desenvolvimento e respectivas populações. Em 2015, mais de três quartos das mortes por DNTs – 30,7 milhões no total – ocorreram em países de baixa e média renda” (MISAU, 2018: 5 apud OMS, 2017). Cerca de 60% das mortes em países de rendimentos mais baixos, e cerca de 40% em países de rendimentos baixo, resultam das DNTs (OMS, 2022).

Nas últimas duas décadas, muitos países do Sul Global e sobretudo em África passaram por transições alimentares e nutricionais causadas pela rápida urbanização, o desenvolvimento e a globalização. Os comportamentos alimentares mudaram, incluindo a forma como os alimentos são adquiridos, processados e consumidos (Laar *et al.*, 2022). Surgiram padrões alimentares que estão associados a uma carga complexa de malnutrição. Por um lado, a subnutrição ainda é altamente prevalente, especialmente em crianças. Por outro lado, a obesidade e outras DNTs relacionadas com a alimentação, tornaram-se prevaletentes. Quando um país tem uma elevada prevalência de subnutrição, como o atraso no crescimento, e de indivíduos com excesso de peso e obesidade, diz-se que tem um Duplo Fardo da Desnutrição (Popkin, 2021; Hernández-Ruiz *et al.* 2022; Nel & Steyn, 2022).

Os custos para o sector de Saúde são elevados e, por conseguinte, países de médio e baixo rendimento não dispõem de meios para reagir aos novos desafios. Nos países do Sul Global, onde os políticos se concentraram durante décadas em questões relacionadas com a fome e as doenças infecciosas, significa uma grande exigência focar na prevenção da obesidade e das DNTs. A rapidez do aumento da obesidade e de muitas DNTs é uma indicação da necessidade de acção preventiva. O desafio final é conseguir que os países pobres desenvolvam uma agenda de saúde pública preventiva, em vez de dependerem de tratamentos subsequentes.

⁷ Este capítulo é um extrato de Bohn, C., Fiege, K. e Quive, S. (2023): Relatório de evidências. Impactos das Políticas alimentares e nutricionais em Moçambique. Avaliação com base no *Food Environment Policy Index (Food EPI)*.

Segurança Alimentar e Nutricional (Hwalla et al., 2016)

Definição e dimensões da SAN: Em 1996, a Cimeira Mundial da Alimentação, em Roma, definiu a segurança alimentar como existindo “quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável” (FAO, 2009). A disponibilidade de alimentos significa a existência física de uma quantidade suficiente de alimentos de qualidade adequada e é determinada pela produção interna de alimentos, existências internas, importações de alimentos e/ou ajuda alimentar. O acesso aos alimentos pode ser alcançado através de rendimentos ou recursos adequados que permitam a compra ou aquisição de produtos alimentares apropriados para um regime alimentar nutritivo. No entanto, um abastecimento alimentar adequado não garante necessariamente a segurança alimentar a nível familiar ou individual, uma vez que a falta de acesso aos alimentos é frequentemente um problema maior.

Quanto à utilização dos alimentos, refere-se ao processo através do qual o corpo utiliza os vários nutrientes presentes nos alimentos. Requer também uma preparação adequada dos alimentos e práticas de higiene, hábitos alimentares sólidos, uma dieta diversificada que requer a disponibilidade de todos os nutrientes essenciais e uma distribuição adequada dos alimentos no seio do agregado familiar (AF). Ao garantir uma ingestão suficiente de calorias e nutrientes, bem como alimentos seguros, a utilização dos alimentos pode influenciar significativamente o estado nutricional dos indivíduos. Por último, a estabilidade alimentar esforça-se por assegurar as dimensões da disponibilidade, do acesso e da utilização dos alimentos ao longo do tempo. Por exemplo, o acesso aos alimentos deve permanecer inalterado mesmo durante choques súbitos, como guerras, fenómenos climáticos ou crises económicas. Em última análise, para alcançar a segurança alimentar, as quatro dimensões devem ser cumpridas simultaneamente. A necessidade de garantir o acesso a uma dieta adequadamente nutritiva, que inclua todos os nutrientes essenciais e água, associada a um ambiente sanitário e a serviços e cuidados de saúde adequados para assegurar uma vida saudável e activa a todos os membros do AF, foi definida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como segurança nutricional, enfatizando assim a componente da saúde e reflectindo o estado nutricional do indivíduo ou da comunidade em questão. A nutrição faz parte integral da segurança alimentar. A relação entre segurança alimentar e segurança nutricional é complexa, como ilustrado pelos resultados de desnutrição do excesso de peso e da obesidade. Os dados revelam que a obesidade é mais prevalente nas populações em situação de insegurança alimentar por múltiplas razões.

4.2 Políticas face ao problema do Duplo Fardo da Desnutrição

Os problemas de malnutrição e subnutrição foram reconhecidos pela comunidade mundial e integrados nos “Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (2016-2025)”. No seu objectivo 2 “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”, tenta dar-se uma orientação para as políticas nacionais. Em 2014, os líderes da União Africana assinaram a Declaração de Malabo, que contempla um investimento de 10% do orçamento do estado na Agricultura, promovendo a SAN. “*Aid to nutrition grew more than five-fold from 2006 to 2013 in constant values*” (IFPRI, 2019: 30), o que reflecte uma atenção global crescente para a questão de nutrição. Ao mesmo tempo, o Instituto Internacional de Pesquisas sobre Políticas Alimentares (*Inter-*

national Food Policy Research Institute, IFPRI) regista uma discrepância crescente entre o elevado perfil da nutrição a nível mundial e o problema persistente da malnutrição e da subnutrição, o que significa que também as políticas foram insuficientes ou inadequadas para resolver efectivamente os problemas de insegurança alimentar e nutricional (InSAN).

“There are three key facets of incoherence between economic policies and food security and nutrition policy that have been observed globally. First, economic politics focussed on liberalization – particularly of trade and investment – can have negative impacts on nutrition and food security (.....) Second, nutrition-related policies that aim to reduce the availability and affordability of unhealthy, highly processed (and often highly profitable) foods can be at odds with economic policies (....) Third, policy incoherence can result from supply chain policies (...) that focus on objectives related to economic growth, but give little consideration to nutrition and food security objectives related to increasing access to affordable healthy food....” (Thow *et al.* 2018: 1106).

A incoerência nas políticas reflecte muitas vezes os interesses conflituosos, como mostra o resultado principal de vários estudos, soluções exigem uma mudança na política alimentar, sem a influência da indústria. “A OMS recomendou inequivocamente que os processos de política nutricional fossem protegidos da influência de interesses instalados” (Thow *et al.* 2018: 1125, *apud* OMS, 2013)⁸.

Uma série de estudos e iniciativas avaliaram os objectivos das políticas nacionais face à crise nutricional e identificaram factores determinantes da atribuição de recursos públicos, as motivações subjacentes aos investimentos em nutrição. O IFPRI observou tendências globais e analisou prioridades de políticas em Moçambique: *“The analysis finds that public decision makes strongly favour highly visible nutrition investments (....) Most prominent of high investment initiatives: vitamin A, deworming (UNICEF), disaster relief, distribution of orange sweet potato – costly but high level of visibility”* (IFPRI, 2019: 29). Em comparação com estes investimentos públicos, programas de prevenção são muito mais difíceis na implementação e só visíveis a longo prazo.

Vários estudos observam que o tema “nutrição” falta de um “lar” comum nas estruturas governamentais, o que resulta em fragmentação e má coordenação (IFPRI, 2019). Os dados existentes sugerem que, no contexto da nutrição, o problema não é normalmente uma centralização excessiva, mas sim uma coordenação insuficiente. Existe necessidade de uma melhor coordenação horizontal para ultrapassar as agendas concorrentes entre agências, bem como de uma melhor coordenação vertical para garantir que o planeamento centralizado se traduza em acções a nível local.⁹

Uma outra observação salienta o papel dos campeões: A liderança individual no sector público pode ter uma influência poderosa na forma como os fundos públicos são atribuídos para atingir os objectivos do serviço, no sentido de indivíduos carismáticos e visionários - força catalítica dos campeões! Existe necessidade de desenvolvimento da liderança na área de SAN para pôr o tema alimentação e nutrição na agenda das políticas públicas (IFPRI, 2019).

8 O artigo de Thow *et al.* (2018) analisa a coerência das políticas de SAN na África do Sul e avalia várias coligações políticas com interesses políticos correspondentes e divergentes. Os autores utilizam o quadro de coerência política da OCDE (<https://www.oecd.org/gov/pcsd/pcsd-framework.htm>) e identificam uma série de domínios em que as políticas podem entrar em conflito com os objectivos da nutrição. Tema importante: influência da indústria, do sector privado. Estudos INFORMAS sobre o *Food EPI* mostram que, por exemplo, em vários países há forte influência do sector privado para evitar a tomada de decisões políticas, como é o caso do estudo sobre Alemanha (PEN, 2021).

9 As evidências de outros países mostram que “outras disposições devem considerar a institucionalização da nutrição num ministério supra-sectorial com uma abordagem intersectorial à redução da malnutrição, bem como um orçamento adequado e capacidade técnica própria para desempenhar esta função de coordenação” (IFPRI, 2019: 37).

É extremamente importante a existência de dados que podem tornar mais visíveis os serviços valiosos e, em última análise, os resultados do investimento na nutrição. Isto aumentaria o custo político do “subinvestimento” enfrentado pelo governo e pelos doadores. As instituições devem aprofundar a sua compreensão do fenómeno da visibilidade (IFPRI, 2019).

4.3 Situação e impactos de insegurança alimentar e nutricional em Moçambique

Análises comparativas dos índices de desnutrição a nível mundial mostram que Moçambique apresenta uma das taxas mais elevadas de desnutrição no mundo. Em 2022, a prevalência de desnutrição na população atinge 32,7%, na África Subsaariana 22,5% da população é caracterizada por indicadores de desnutrição. A taxa de população que se encontra em situação de insegurança alimentar aguda atinge 36,6% em Moçambique (FAO *et al.*, 2023).

Os dados mostram que apesar de avanços na luta contra a desnutrição e insegurança alimentar durante os 20 anos passados, a situação continua preocupante. O último levantamento nacional representativo, que apresenta dados sobre a situação nutricional da população em Moçambique, é o Inquérito Demográfico de Saúde (IDS) de 2022 (divulgado em 2023). Os dados do inquérito revelam que 37% das crianças menores de 5 anos tem altura baixa para a sua idade, e são classificadas como sendo crianças que sofrem de desnutrição crónica, 4% sofrem de desnutrição aguda. “As províncias de Nampula, Cabo Delgado e Zambézia apresentam prevalências altas de desnutrição crónica em 47%, 45% e 44%, respectivamente.” (INE, 2023: 27)

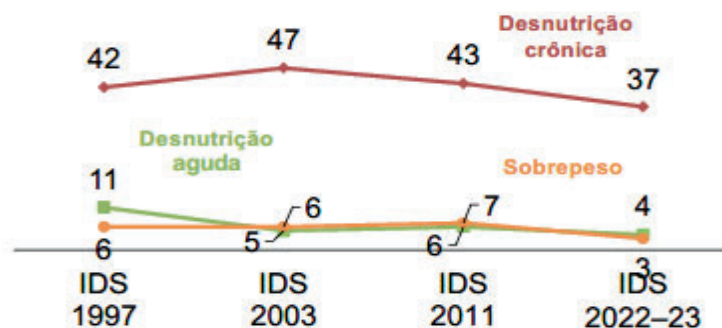


Gráfico 1: Tendências do estado nutricional nas crianças menores de 5 anos malnutridas (IDS, 2022-23)

O relatório “*Fill the Nutrient Gap*” (WFP, 2018a) revelou que 54% das famílias em Moçambique não podem pagar por uma dieta nutritiva que atenda às necessidades mínimas de nutrientes, mesmo que a maioria das famílias moçambicanas tenham acesso a uma dieta exclusivamente energética. Foi estimado que o custo diário de uma dieta nutritiva era mais de quatro vezes o custo de uma dieta exclusivamente energética. Para a maior parte do país, houve pouca variação no custo da dieta exclusivamente energética (Bioversity *et al.*, 2020).

A baixa acessibilidade económica a uma dieta exclusivamente energética foi mais alta em Zambézia (13%) e Gaza (13%). Uma dieta nutritiva era mais cara em Cabo Delgado, Niassa e Tete, provavelmente devido à menor disponibilidade de alimentos nutritivos. As famílias que não têm acesso económico a uma dieta nutritiva parecem concentrar-se nas mesmas províncias em que a prevalência de desnutrição crónica é mais alta e, especificamente, na porção norte do país, nas províncias de Cabo Delgado e Nampula. Gaza e Manica apresentam discrepância: Gaza tem alta inacessibilidade económica e baixa incidência de desnutrição crónica em relação à média nacional, enquanto Manica tem baixa inacessibilidade económica e alta incidência de desnutrição crónica. Mesmo assim, como evidenciado em províncias como Manica, alimentos nutritivos e economicamente acessíveis são apenas parte da solução para problemas multissetoriais, como a desnutrição crónica. (WFP, 2018a)

O estudo “Custo da Fome”, realizado em Moçambique pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP, 2018a) calculou que o custo da desnutrição crónica equivale a mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique, o que corresponde a cerca de 1,600 Milhões de dólares” (MISAU, 2018a: 6). Paralelamente, as DNTs aumentam com rapidez, o que tem a ver com mudanças no comportamento nutricional e outros factores contribuintes.

Quadro 1: Evolução das Doenças Não Transmissíveis em Moçambique entre 2005 e 2014

DNT	2005	2014
Obesidade	5,0%	9,7%
Hipertensão arterial	33,1 %	39,0%
Diabetes	2,8%	7,5%

Fonte: MISAU, 2018: 8¹⁰

“Enquanto nos países desenvolvidos, a prevalência de excesso de peso/obesidade é menor nas camadas socioeconómicas mais altas e com nível de educação mais alto (Hruby & Hu, 2016 apud MISAU, 2018: 9), em Moçambique os dados do Inquérito Demográfico de Saúde (IDS) de 2011 mostram o contrário: 26,7% das mulheres com, pelo menos, o nível secundário e 36% no quantil de riqueza mais elevado têm um Índice de Massa Corporal (IMC) (superior ou igual) a 25kg/m², quando comparados com as 10,5-16% das mulheres sem escolaridade ou só com um ensino primário e 4,7% das mulheres pertencentes ao quintil de riqueza mais baixo” (MISAU, 2018: 9).

¹⁰ Não há dados mais recentes, a tabela refere a dados levantados no âmbito dos dois estudos STEPs do WHO (Damasceno & Lunet, 2017).

Moçambique apresenta actualmente um perfil epidemiológico misto caracterizando pela elevada prevalência de doenças infecciosas como a malária, tuberculose, HIV/SIDA e diarreias, sendo que as DNTs apresentaram uma percentagem de 28% de mortes. Destas mortes, tendo em consideração que 66% são consideradas prematuras (antes dos 70 anos), 12% são devidas a doenças cardiovasculares, 3% a cancro e doenças respiratórias, 2% diabetes e 7% para outras DNTs (cf. OMS, 2017; OMS, 2014 *apud* MISAU, 2018). Uma pesquisa de 2001, em 4 cidades de Moçambique, mostrou que o peso das DNTs variou entre 13,1% e 24% das mortes (MISAU, 2018).

4.4 Políticas alimentares e nutricionais em Moçambique

Em 1977 foi criada a primeira política económica do país, a qual procurou responder aos desafios de edificação e expansão de sistemas e serviços prioritários e à produção de alimentos para fazer face a carência de produtos básicos. O Estado comprometeu-se em garantir a segurança alimentar para os moçambicanos, tendo priorizado a garantia da autossuficiência alimentar pela produção de comida. Em comparação com o período colonial houve uma priorização da produção alimentar. A Segurança Alimentar é vista sobretudo como a massificação da disponibilidade física dos alimentos para o consumo. Por um lado, o Governo foi pioneiro na introdução de ideias embrionárias da Soberania Alimentar (Leão & Maluf, 2012), por outro lado, faltaram intervenções específicas para a Segurança Nutricional. A SAN é vista nesta época como uma questão de assistência humanitária emergencial, respondendo sobretudo às calamidades e aos desastres naturais. Ainda sobre o olhar perspectivado da SAN, como uma questão de assistência humanitária, é criado, em 1990, o Programa de Subsídio de Alimentos (PSA), um programa nacional de protecção social básica (Brito, 2009).

Em 1995 é adoptada a resolução 11/95 a qual aprova a política agrária nacional. Desde então, Moçambique passa a abordar a SAN na perspectiva estruturante em vez de emergência. A resolução teve grande impacto, uma vez que a política agrária da altura, buscava a garantia da autossuficiência alimentar.

Estratégias Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique

A Cimeira Mundial de Alimentação realizada em Roma em 1996 surtiu efeitos imediatos, a partir de 1998 foram criadas instituições e elaboradas estratégias, programas e planos de acção dentro do Ministério da Agricultura com o objectivo de melhorar a situação alimentar e nutricional do país. Na Sequência do Encontro de Roma, foi elaborada a primeira Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN I). Ela teve como base os três princípios fundamentais da SAN ratificados pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), a saber: acesso, disponibilidade e utilização de alimentos. Apesar de avanço da questão SAN, com elaboração desta estratégia, uma avaliação governamental salientou alguns aspectos críticos (Oliveira, 2014: 45):

- A não inclusão de HIV/SIDA
- A não inclusão de indicadores claros de monitoria e avaliação
- Ênfase nos problemas da InSAN rural em detrimento da InSAN urbana
- O não desprendimento da abordagem da SAN como fenómeno emergencial
- Falta de um plano operacional para a coordenação multisectorial e para a implementação dos programas sectoriais
- A não incorporação a abordagem Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)
- A Estratégia não possui um plano operacional e também não apresenta o orçamento de implementação.

A avaliação crítica do ESAN I culminou na elaboração do ESAN II, que integra de forma mais clara, o DHAA, reforça os mecanismos de coordenação institucional e política da SAN. ESAN II estabelece uma relação simbiótica com as demais políticas e instrumentos de planificação e coordenação da política pública e orçamental do Estado, com destaque para a Agenda 2025, o Programa Quinquenal do Governo (PQG), os Planos Económicos e Sociais e Orçamento do Estado, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), e políticas sectoriais com destaque à saúde, agricultura e acção social. O objectivo é que todos os cidadãos tenham, a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo que tenham uma vida activa e saudável, realizando o seu direito humano a alimentação adequada (SETSAN, 2007).

A ESAN II assenta nos seguintes pilares da SAN: a produção e disponibilidade suficiente de alimentos para o consumo; o acesso físico e económico aos alimentos; o uso e utilização adequada dos alimentos; adequação para que os alimentos sejam social, ambiental e culturalmente aceitáveis incluindo a absorção dos nutrientes pelo organismo e; e a estabilidade do consumo alimentar a todo o tempo (SETSAN, 2007), centrando-se nos seguintes objectivos:

- a. Garantir a autossuficiência alimentar do país
- b. Contribuir na melhoria do poder de compra dos Agregados Familiares (AF)
- c. Reduzir a incidência de desnutrição (aguda e crónica) através do melhoramento das condições de saúde, água saneamento do meio e educação alimentar e nutricional
- d. Garantir de forma progressiva a realização do DHAA para todos os cidadãos
- e. Aumentar a capacidade dos AFs em responder as variações sazonais quanto a produção, acesso físico e económico à alimentos adequados e
- f. Criar e desenvolver uma estrutura adequada para uma intervenção multisectorial e interinstitucional abrangente e inclusiva.

No âmbito da criação da ESAN II foi também criado o Plano de Acção para a Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN), que tem como objectivo planificar, orçamentar, implementar e monitorar de forma multisectorial as acções a serem implementadas por cada sector para os grupos mais vulneráveis.

ESAN II é uma estratégia transversal e relacionada com diversas políticas do Governo, em que o sector privado desempenha um papel crucial na implementação da ESAN (investimentos, empregos, diversificação etc.) até participação na formulação de políticas e regulamentos. Existe uma nova estratégia ESAN III 2018-2023, mas ainda não foi adoptada e parece que as informações sobre os conteúdos não foram amplamente publicitadas.

Estratégias de Nutrição

A avaliação dos impactos da implementação da política para a redução da pobreza pelo Governo e os Parceiros Internacionais em 2009 mostrou taxas altas da desnutrição crónica. Por conseguinte, foi elaborado o Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica, 2011-2015 (PAMRDC). Este plano foi acordado num seminário nacional com o objectivo de obter consenso entre os diferentes actores multisectoriais no país. Visava reduzir a desnutrição crónica em crianças abaixo de 5 anos de 44% em 2008 até 30% em 2015 e 20% em 2020 (República de Moçambique, 2020).

“PAMRDC provides a common results framework for nutrition action. It identifies critical target groups, sets out seven strategic objectives, outlines specific interventions and key progress indicators, and identifies which institutions will assume primary responsibility for achieving results. During the next phase, the PAMRDC will be integrated into the broader National Strategy for Food Security and Nutrition (ESAN III), rather than exist as a separate plan” (USAID, 2021:5).

O PAMRDC prevê actividades em muitos sectores, não só na produção agrícola, nutrição, educação, sensibilização, mas também na advocacia e promoção, coordenação e gestão. Pressupõe também que a ESAN II e o PASAN serão implementados em paralelo e de forma complementar. “O PAMRDC fortalece a ESAN II/PASAN com relação aos componentes de saúde e nutrição, enquanto a ESAN II centra-se na SAN de forma mais ampla. A complementaridade é importante e desejada e o PAMRDC pode ser visto como uma resposta a lacunas da ESAN II em questões de nutrição” (United Nations System, 2013: 65).

O Ministério da Saúde (MISAU) elaborou sua Estratégia de Alimentação Saudável, Actividade Física e Saúde II para os anos 2019-2023. Este plano multisectorial contém os seguintes objectivos estratégicos:

- Promover maior disponibilidade e acesso a uma alimentação saudável para a população em geral
- Promover uma alimentação saudável (procura e consumo) na população em geral através da comunicação para mudança de comportamento
- Pesquisas e Documento Guia (Investigação)
- Criar mecanismos legais para desenvolver e implementar directrizes nacionais sobre a prática da actividade física para saúde
- Introduzir políticas de transporte que promovam métodos de deslocamento activos e seguros (...) como caminhar ou ciclismo.

A estratégia está alinhada com as directrizes e recomendações traçadas pela OMS ao longo dos últimos anos. Nesta estratégia constam acções multisectoriais que devem ser implementadas em todos os sectores envolvidos, visando a promoção, protecção e apoio das populações para a adopção de hábitos de vida saudável. O MISAU reconhece na sua estratégia a importância da luta contra as DNTs e a sua conexão com um estilo de consumo não saudável e salienta a importância de acções de prevenção para poder responder a este desafio. A estratégia pode ser um alicerce muito importante para a política alimentar de Moçambique, mas parece que ainda não está em vigor.

Em 2020 foi elaborado um novo plano estratégico multisectorial de prevenção e controlo de DNTs (MISAU, 2020) que identifica quatro áreas de acção estratégica:

- a) Governança e Liderança
- b) Redução dos Factores de Risco
- c) Manejo de casos das DNTs
- d) Vigilância, Monitoria e Avaliação e Investigação.

Embora das iniciativas políticas mencionadas em cima não existe - até hoje – uma política de nutrição nacional (WS 1, 2023).

Outras políticas sectoriais seleccionadas

Como SAN é vista como uma área de política multisectorial, há outras políticas que influenciam directa ou indirectamente os problemas, desafios e avanços na SAN. Sem mencionar todos, salientam-se algumas dessas políticas.

Políticas agrárias: As políticas e estratégias agrárias são resumidas no Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA I) 2011-2020, no PEDSA II (2030) e nos documentos operacionalizadores, os Planos Nacionais de Investimento do Sector Agrário (PNISA). Estes planos visam harmonizar as políticas agrárias antecedentes que não alcançaram o objectivo esperado, contribuindo para a SAN e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de género. O PEDSA I reconhece o papel essencial da agricultura para SAN através do aumento da produção e diversificação dos alimentos e através do aumento da renda dos camponeses. Na distribuição do orçamento vê-se uma priorização fundamental das culturas de renda e sobretudo de exportação (cf. Vunjanhe & Adriano, 2015). Olhando a distribuição dos investimentos propostos no PNISA, a componente SAN foi muito reduzida, com 0,6%. (United Nations, 2013). O PEDSA II (PEDSA 2030) formula como objectivo a transformação acelerada e sustentável do sector agrário e assente em quatro pilares estratégicos interconectados: Pilar 1: Produção, produtividade e competitividade agrária; Pilar 2: Gestão sustentável de recursos naturais; Pilar 3: Ambiente de agronegócio; e Pilar 4: Fortalecimento e desenvolvimento institucional (República de Moçambique, 2022). Através de actividades nestes pilares, o Governo quer contribuir para a fome zero – a eliminação de todas as formas de insegurança alimentar. O documento formula como meta uma redução da desnutrição crónica. A questão SAN ocupa uma certa posição no PEDSA II. São definidas as seguintes acções estratégicas na área SAN:

- Promover a consistência a acessibilidade de alimentos
- Investir na expansão da reserva física alimentar
- Estabelecer e/ou fortalecer e operacionalizar programas de protecção social que asseguram o acesso aos bancos de alimentos pelas comunidades vulneráveis
- Fortalecer a implementação e/ou estabelecer programas estratégicos de fortificação alimentar incluindo biofortificação
- Promover a mudança social e de comportamento com vista a diversificação e balanceamento da dieta.
- Fortalecer a monitoria e avaliação regular da SAN. (MADER, 2023).

Um objectivo é aumentar o consumo calórico per capita¹¹. Consequentemente, prioriza os produtos, que actualmente apresentam as principais fontes de energia no consumo alimentar e não a questão do valor nutricional e o papel da diversificação da dieta.¹²

A operacionalização do PEDSA II através do plano de investimentos PNISA II mostra, que os fundos previstos para o pilar 1.7 Segurança Alimentar e Nutricional são pequenos, com uma percentagem de 4,69 % no orçamento total da Agricultura. A maior parte é previsto para o suporte da Estratégia de Comunicação para Mudança Social de Comportamento (CMSC), para o estabelecimento do Sistema de Monitoria e Avaliação e para a cobertura de programas de Acção Social, sobretudo PRONAE. (MADER, 2022a)

11 O PEDSA cita dados do Inquérito Orçamental Familiar de 2020 que revelam “que o consumo calórico per capita médio é de 1,494 Kcal por dia, sendo maior na zona urbana do que rural (1,732 Kcal versus 1,367 Kcal). Este consumo calórico per capita médio está abaixo em cerca de 30% dos recomendados, e resultado em elevada prevalência de InSAN” (PEDSA, 2022: 37).

12 As cinco principais fontes de energia no consumo alimentar na base de dados do IOF 2019/2020: carne (20,3), cereais (19,8), óleos e gorduras (18,8), fruta e vegetais (16,6) e feijões (13,9) (INE, 2021).

Um problema geral para a realização de actividades previstas na área de agricultura e o subfinanciamento do sector no orçamento do Estado. Na Declaração de Malambo e na Declaração de Maputo, foram previstas 10% do orçamento público, na realidade só foram atingidos 6,1%, dos quais 69,5% foram alocados aos salários e apenas 6,0% para investimentos no sector (República de Moçambique, 2022).

Política da Terra: A política quer contribuir para eliminar a pobreza reforçando os mecanismos que assegurem o uso e aproveitamento da terra, recuperar a produção de alimentos e alcançar a segurança alimentar para os agregados familiares. Ela reconhece o direito consuetudinário e o direito formal (via aquisição do título de DUAT). Na prática mostra fraquezas, seja na fraca implementação de consultas comunitárias, seja na priorização da exploração de recursos minerais e energéticos. (Abbas, 2021).

Políticas económicas abrangentes: A Agenda 2025 tem como principal objectivo o estabelecimento de novos caminhos para impulsionar o desenvolvimento em Moçambique. A questão SAN não desempenha um papel na Agenda 2025. O Plano Quinquenal do Governo de Moçambique (PQG) orienta as políticas sectoriais. Embora o PQG 2015-2019 incluía como objectivo a redução da subnutrição, a questão de SAN não aparece como temática no actual PQG seguinte de 2020-2024.

Políticas na área de acção social: A Estratégia Nacional de Segurança Social Básica II (ENSSB), 2016-2024, foca nas famílias mais pobres e mais vulneráveis, actua em diferentes domínios, incluindo transferências de renda que podem melhorar o acesso económico aos alimentos, a geração de emprego e a melhoria de serviços de saúde e educação. Esta estratégia reconhece explicitamente a insegurança alimentar como uma das principais causas da pobreza em Moçambique e inclui programas que focam em questões de nutrição:

- O Programa Apoio Social Directo – PASD, e aqui sobretudo a nova componente Pós-Emergência (PASD-PE), que ajuda directamente em situações de emergência, incluindo a transferência monetária e o cabaz alimentar;
- O Programa Subsídio Social Básico – PSSB, que inclui o subsídio para crianças de 0 a 2 anos e
- O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PRONAE, gerido pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). O Plano Nacional de Acção para a Criança promove a educação nutricional e a produção em hortas escolares, assim como a produção e o consumo de alimentos locais de alto valor nutritivo.

Políticas na área de pesca: O Plano Estratégico da Inspeção do Pescado (2014-2020) visa reforçar a contribuição do sector na melhoria da SAN. Saliencia entre outros a importância para os agregados familiares das comunidades mais pobres, dependentes de actividades de pesca artesanal de subsistência. Por contraste a Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura (2020-2030) foca na aquacultura industrial praticada por grandes empresas. (Abbas *et al.*, 2021)

Políticas na área de educação: As políticas do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED) são orientadas pelo Plano Estratégico da Educação 2020-2029. O programa de alimentação escolar, que visa reduzir o índice de absentismo estudantil e a expansão do programa no ensino primário, faz parte do primeiro objectivo do MINED. O plano inclui, entre outros, a integração de conteúdos de nutrição nos currículos dos diferentes níveis de ensino, e a expansão gradual e

sustentável do PRONAE no ensino primário, dando prioridade aos distritos com maiores índices de insegurança alimentar e de subnutrição infantil. (MINED, 2020)

Políticas Ambientais e do clima: A política Nacional do Ambiente quer contribuir para um desenvolvimento sustentável do país. Reconhece que a política na área só pode ser eficaz através de uma participação activa das comunidades. Prevê – entre outros – o desenvolvimento de um sistema de gestão de pesca para solucionar o problema de sobre-pesca local. A estratégia nacional de Reflorestamento visa aumentar a contribuição do sector na luta contra a pobreza. A estratégia Nacional e o Plano de Acção da Diversidade Biológica querem reduzir as causas da degradação e perda da biodiversidade. Reconhecem, que a grande diversidade de variedades locais de culturas é de interesse alimentar e contribui para a diversificação da dieta da população. A Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas (2013-2025) apresenta oito acções estratégicas que visam criar resiliência nas comunidades. A questão de SAN ocupa uma posição importante nesta estratégia. (Abbas *et al.*, 2021)

Políticas no âmbito da Indústria e do Comércio: A Política e Estratégia Industrial (PEI), 2016-2025, visa contribuir para o desenvolvimento económico e social, através do aumento da produção, produtividade e qualidade da produção industrial, baseada em iniciativas industriais, usando recursos naturais, numa base sustentada e tecnologias que promovam o emprego, privilegiando o aumento da oferta de bens de consumo e meios de produção (GdM, 2021). A PEI reflecte as prioridades da Estratégia Nacional do Desenvolvimento (ENDE), 2015-2035, que aposta na industrialização como via para o país alcançar a prosperidade, sustentabilidade, competitividade e bem-estar a transformação estrutural da economia (MIC, 2016). O Programa Nacional Industrializar Moçambique (PRONAI) pretende reforçar, com a abordagem nacional “Um País, uma Visão, uma Estratégia Industrial”, a aposta na industrialização (GdM, 2021). O Plano Integrado da Comercialização Agrícola (PICA), 2013-2020, é um instrumento de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) que promove o desenvolvimento da comercialização e estimula uma maior produção e produtividade (MIC, 2023a). Face aos diferentes choques internos e externos nos anos mais recentes que afectaram o desempenho da economia moçambicana, o Governo lançou em 2022 um pacote de 22 medidas de aceleração económica (PAE)¹³, com foco na retoma do crescimento económico, nomeadamente (1) medidas fiscais e de estímulo à economia e (2) medidas que visam a melhoria do ambiente de negócios, transparência, governação e de aceleração de projectos de infraestrutura estratégica. Todas estas estratégias, planos e programas mencionados não se centram na SAN. Apostam no desenvolvimento de infraestruturas essenciais para o desenvolver a actividade agrícola, melhorar o poder de compra das famílias, aumentar a produção e competitividade da agricultura e estimular à produção local e à industrialização do País.

Políticas no âmbito da infraestrutura (estradas, saneamento e água, mercados, transporte, armaze-

13 As medidas do PAE incluem, entre outras:

Reduzir a taxa do IVA de 17% para 16%: Visando a dinamizar a economia e melhorar o poder de compra das famílias.

Isenar o IVA na importação de factores de produção para a agricultura (...): Visando baixar os custos dos insumos agrícolas para aumentar a produção e competitividade da agricultura (...).

Baixar a taxa do IRP de 32% para 10% na agricultura, na aquacultura e nos transportes urbanos: Visando melhorar a competitividade destes sectores, tornando-os mais atractivos ao investimento privado.

Fortalecimento da supervisão das operações de exportação dos recursos naturais: Visando assegurar maior eficácia na taxação das exportações, acompanhada de uma actuação mais vigorosa e eficaz na redução de riscos fiscais e no combate ao contrabando nas importações.

Estimular a produção local de bens adquiridos em escala pelo Estado: Ampliar o estímulo à produção local e à industrialização do País. As normas de contratação pública serão ajustadas para assegurar, que a adição de valor produtivo em Moçambique seja muito mais valorizada nos critérios de avaliação dos concursos públicos, e para permitir o aumento da duração dos contratos de modo a gerar previsibilidade de receitas para as empresas que invistam na industrialização de Moçambique.

namento estratégico etc.): A Política Nacional de Águas visa reduzir a vulnerabilidade às cheias e secas através de uma melhor coordenação e planificação. A relevância desta política é chave para à segurança alimentar no contexto de mudanças climáticas. A política prioriza a população mais pobre e salienta a importância de processos de governação local. A Estratégia de Irrigação, 2013-2020, visa contribuir para o aumento da produção e produtividade agrária e garantia da segurança alimentar, geração de excedentes em produtos agrários para exportação, aumento do emprego nas zonas rurais e periurbanas, e renda dos produtores através de um aproveitamento sustentável do potencial hidroagrícola. (Abbas *et al.*, 2021).

Institucionalização da SAN

Uma entidade responsável pelas acções de segurança alimentar existia desde os anos 90, mas só a partir de 2010 é que, de facto, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) assume o papel de coordenação nacional da SAN. SETSAN tem como responsabilidade a coordenação interministerial e institucional da implementação da ESAN e de seu plano de acção, a promoção, a monitoria e a avaliação de programas e actividades no âmbito SAN e DHAA. SETSAN é também responsável para a implementação do programa PAMRDC através dos ministérios sectoriais respectivos.

“O SETSAN como entidade de coordenação das intervenções da SAN apresenta debilidade estrutural, resultante das falhas na sua concepção e institucionalização. Para uma questão central como a SAN, o SETSAN vê-se sem a força política necessária para a coordenação multisectorial. O seu domicílio no Ministério da Agricultura (MINAG), assumindo um papel de um departamento, ou seja, muito abaixo de uma direcção nacional, coloca-o numa posição de subordinação e sem força de mobilização e coordenação de outras entidades ministeriais.” (Vunjanhe, 2015: 30).

Segundo a FAO, a pretensão de uma política multisectorial sobrecarrega as instituições responsáveis. A criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), em 2017, é vista como desenvolvimento significativo que elevará o SETSAN a uma estrutura no seio do Conselho de Ministros, o que representa um passo positivo no sentido de estabelecer e manter um compromisso de alto nível em matéria de SAN. CONSAN é um órgão de consulta e coordenação, em matéria de promoção e implementação da legislação, políticas, estratégias e programas atinentes à SAN, sendo uma das suas atribuições específicas a coordenação interministerial e institucional para a implementação da legislação, políticas, estratégias e programas de SAN. O SETSAN compõe o CONSAN e assegura o apoio técnico e administrativo, incluindo os encargos do funcionamento. CONSAN garante um cometimento ao mais alto nível político (primeiro-ministro), envolvendo também a sociedade civil, a academia e o sector privado (SUN, 2019).

Desde 2011, Moçambique é membro na Rede “*Scaling Up Nutrition (SUN)*” (um dos primeiros membros), que visa apoiar posicionar a alimentação e nutrição na agenda política. *SUN* observa o desenvolvimento nos países membros e constata importantes progressos em Moçambique:

- A existência de uma plataforma nacional incluindo uma multidão de *stakeholders* (CONSAN)
- A existência de planos actuais de acções, a existência de mecanismos de coordenação subnacional, a existência de planos de acção subnacionais
- A existência de planos de nutrição nacionais e um plano de nutrição do Ministério da Saúde (MISAU) e da ESAN

- Um quadro para advocacia e comunicação
- A existência de um *SUN Business Network*
- A existência de uma rede de Academia “*Scaling Up Nutrition (SUN)*”
- A criação de uma rede de jovens em 2021, e coordenado pelo Movimento pela Cidadania
- A finalização da ESAN III, ainda não aprovada e a elaboração de Termos de referência para a condução do terceiro estudo de base
- A revisão do Orçamento de Estado pelo Ministério da Finanças em 2021, incluindo indicadores de segurança alimentar e nutricional multisectorial
- O desenho de um programa de nutrição multisectorial em conjunto com Programa de Alimentação Mundial (PMA) e ONU
- A capacitação da equipa SETSAN em impactos de mudanças climáticas
- A criação de conselhos CONSAN nas províncias e nos distritos (COPSAN e CODSAN) em Nampula, Sofala e Maputo.

Síntese

A visão geral mostra que houve um esforço impressionante para pôr a temática SAN na agenda política. Várias estratégias foram elaboradas para definir metas e institucionalizar a SAN tomando em consideração a exigência multisectorial do problema da desnutrição. Estratégias como ESAN e PEDSA foram elaborados em processos colaborativos entre diversos Ministérios, ONGs, parceiros de cooperação, ONU e universidades, o que sensibilizou a sociedade e a política ao tema SAN (e também aos temas transversais como género e HIV/SIDA).

No entanto, o tema tem um peso diferente nas estratégias sectoriais e persistem discrepâncias entre diferentes sectores que obviamente nunca foram alinhadas. A questão de uma nutrição saudável não é um tópico transversal. As prioridades da agricultura, por exemplo, como definido nos planos, não são baseadas em critérios de alimentação¹⁴. No último Plano Quinquenal do Governo, 2020-2024, cereais são definidos como culturas estratégicas, embora a dieta moçambicana seja baixo em calorias (hipocalórica), pobre em lípidos e proteínas (WHO & FAO, 2003). A política não prioriza a promoção de diversidades dietéticas. Planos e estratégias importantes como o último Plano Quinquenal do Governo e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, 2015-2035 (República de Moçambique, 2014), nem mencionam a temática SAN. Além disso SAN e alimentação saudável - embora detém muitos cruzamentos – parecem objectivos bastante separados nos documentos políticos sectoriais.

¹⁴ O Pilar 1.7 Segurança Alimentar e Nutricional no PNISA II apresenta 6 actividades na área, mas trata-se em geral de co-financiamentos para programas multisectoriais, como por exemplo no sector de Acção Social e com fundos muito reduzidos.

PARTE III

5 Dimensões e indicadores da análise do impacto das políticas: exemplo do *Food EPI*

As avaliações de impacto das políticas alimentares e nutricionais não só são pouco frequentes, como aquelas que existem utilizam diferentes instrumentos e procedimentos metodológicos. A nível global, o interesse em avaliar as políticas destinadas a promoção de ambientes alimentares saudáveis é relativamente recente e o desenvolvimento de instrumentos adequados para a avaliação dos progressos da sua aplicação está relativamente pouco avançado. Assim, não existem métodos e instrumentos padronizados para aferir a implementação destas políticas, ou para a avaliação do processo de implementação das mesmas, o que pode dever-se tanto à variedade de contextos existentes, como às necessidades ou interesses dos próprios avaliadores usuários destes métodos (cf. Phulkerd *et al.*, 2016). Um dos raros instrumentos que sistematiza a avaliação da implementação de políticas alimentares e nutricionais é o *Food Environment Policy Index (Food EPI)*.

Phulkerd *et al.* (2016) realizaram uma avaliação sobre os métodos e instrumentos usados em estudos sobre esta temática, tendo com base determinados indicadores, considerado apenas três ferramentas como sendo de alta qualidade: o *INFORMAS Food EPI*, o Questionário da Revisão Global da Política de Nutrição da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a matriz temática para orientar as entrevistas para uma avaliação do Plano de Acção Norueguês para a Nutrição.¹⁵ Os autores recomendam a aplicação destas ferramentas como ponto de partida para a avaliação da implementação das políticas alimentares, podendo, no entanto, haver margem para incluir aspectos de outros instrumentos, em função dos requisitos específicos do contexto e do enfoque particular requerido¹⁶.

O *Food EPI*, desenvolvido em 2014 pela “*International Network for Food and Obesity/NCDs Research, Monitoring and Action Support (INFORMAS)*”, é uma ferramenta que permite avaliar o grau de implementação das políticas públicas e das estruturas de apoio existentes para a criação de ambientes alimentares saudáveis. A avaliação do grau de implementação é realizada através de uma análise comparativa entre as políticas públicas e as estruturas de apoio à implementação das mesmas e o grau de implementação existente num determinado país ou região. A avaliação do grau de implementação das várias políticas de SAN é realizada por um grupo de especialistas dessa área que, para isso, utilizam como base de comparação um catálogo de boas práticas de diversos países do mundo.

O *Food EPI* visa responder à questão central: que progressos foram feitos para a melhoria dos ambientes alimentares e para a implementação de políticas e de medidas no âmbito da prevenção da obesidade e das doenças crónicas associadas. A análise toma em consideração duas áreas diferentes – as políticas públicas e as estruturas de apoio à implementação - e avalia domínios políticos relacionados com a questão SAN.

15 Phulkerd *et al.* (2016) realizaram uma pesquisa extensiva através de quadros bases de dados eletrónicos e identificaram 16.952 artigos que tratam a temática do impacto de políticas alimentares no sentido mais lato. Na base de critérios e indicadores pré-formulados identificaram 38 estudos relevantes que focam mais especificamente na avaliação das políticas na área. “*There are no common standard methods and tools used to measure the policy implementation process. This may be due to the different contexts and the needs or interests of assessors using these methods*”.

16 Deverá ser considerada a harmonização do uso de métodos e ferramentas nesta área. Embora seja sempre importante aplicar ferramentas e métodos que sejam apropriados ao contexto específico em que serão implementados, o uso de ferramentas semelhantes em diferentes contextos permitirá fazer comparações entre países e ambientes ao longo do tempo. Isto facilitará também uma avaliação comparativa eficaz do desempenho, que pode contribuir para aumentar a responsabilização dos governos pelas suas medidas destinadas a melhorar a salubridade dos ambientes alimentares.

5.1 Dimensões e indicadores do *Food EPI*

A ferramenta inclui duas componentes, cada uma com 7 e 6 domínios, respectivamente, que são, por sua vez, especificados por um certo número de indicadores.

Componentes e domínios do *Food EPI*

1 COMPONENTE: POLÍTICAS PÚBLICAS	
1.1	<p>COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DO PRODUTO</p> <p>Este domínio considera as políticas públicas que visam a reformulação dos produtos alimentares, através da definição de metas, orientações e/ou planos. Neste âmbito, enquadram-se as medidas que pretendem promover a diminuição da densidade energética e de alguns nutrientes de risco (ex.: sal, ácidos gordos saturados, de ácidos gordos <i>trans</i> e de açúcares livres) em produtos alimentares.</p>
1.2	<p>ROTULAGEM ALIMENTAR</p> <p>Este domínio pretende avaliar a implementação de legislação no âmbito da rotulagem alimentar e do fornecimento de informação nutricional nas ementas do sector da restauração, para incentivar escolhas alimentares informadas.</p>
1.3	<p>PROMOÇÃO E MARKETING</p> <p>Neste domínio, é considerada a implementação de políticas públicas abrangentes, de modo a reduzir o impacto (exposição e poder) do <i>marketing</i> de alimentos nutricionalmente inadequados para as crianças, incluindo os adolescentes, em todos os meios de comunicação. O impacto do <i>marketing</i> abrange as dimensões da exposição e do poder das mensagens, que, por sua vez, contemplam:</p> <ul style="list-style-type: none"> – O alcance e a frequência da mensagem, que depende dos canais utilizados para comunicar e transmitir a mensagem (exposição); – O conteúdo criativo da própria mensagem (poder). Por exemplo, a utilização de desenhos animados ou de celebridades aumenta o poder (ou poder de persuasão) de uma mensagem de <i>marketing</i>.
1.4	<p>POLÍTICAS DE PREÇOS E DE INCENTIVOS</p> <p>Neste domínio, são consideradas as políticas públicas associadas ao preço dos alimentos, tais como impostos e subsídios, de modo a tornar as escolhas alimentares saudáveis naquelas que são mais acessíveis.</p>
1.5	<p>AQUISIÇÃO E OFERTA ALIMENTAR EM ESPAÇOS PÚBLICOS</p> <p>Neste domínio, considera-se a implementação de políticas relacionadas com a promoção de uma oferta alimentar saudável em espaços públicos, de modo a promover escolhas alimentares saudáveis, bem como a incentivar e apoiar as empresas do sector privado a adotarem políticas semelhantes.</p>
1.6	<p>OFERTA ALIMENTAR, PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</p> <p>Este domínio contempla a implementação de políticas e programas na área do planeamento e ordenamento do território para promover uma maior disponibilidade de produtos alimentares saudáveis e limitar a disponibilidade de alimentos nutricionalmente inadequados.</p>
1.7	<p>ACORDOS COMERCIAIS E INVESTIMENTO</p> <p>Este domínio avalia a existência de acordos comerciais e de investimento que protegem a soberania alimentar, favorecem ambientes alimentares saudáveis, estão associados às políticas agrícolas (de forma consistente com os objectivos de saúde), e não promovem ambientes alimentares menos saudáveis.</p>

2 COMPONENTE: ESTRUTURAS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO	
2.1 LIDERANÇA	Este domínio considera a liderança política que garante a existência de um forte apoio para a visão, o planeamento, a comunicação, a implementação e a avaliação de políticas e medidas que visam criar ambientes alimentares saudáveis, melhorar o estado nutricional da população e reduzir as desigualdades relacionadas com a alimentação.
2.2 GOVERNAÇÃO	Este domínio avalia as estruturas governamentais que garantem a transparência, a responsabilização e promovem uma ampla participação da sociedade civil e <i>stakeholders</i> na formulação e implementação de políticas e medidas que visam criar ambientes alimentares saudáveis, melhorar os hábitos alimentares da população e reduzir as desigualdades relacionadas com a alimentação.
2.3 MONITORIZAÇÃO E INFORMAÇÃO	Este domínio verifica se os sistemas públicos de monitorização e de informação (vigilância, avaliação, investigação e comunicação) são suficientemente abrangentes e regulares para avaliar os ambientes alimentares, o estado de saúde e nutricional da população, bem como as desigualdades associadas à alimentação, de forma a avaliar o progresso no cumprimento das metas nutricionais e dos planos de saúde.
2.4 FINANCIAMENTO E RECURSOS	Este domínio avalia se o financiamento investido na promoção da alimentação saudável junto da população é suficiente. Este financiamento é estimado através dos investimentos realizados na promoção da alimentação saudável junto da população e na promoção de ambientes alimentares saudáveis, para a prevenção da obesidade e das doenças crónicas relacionadas com a alimentação. Este investimento tem como objectivo estabelecer ambientes alimentares saudáveis, melhorar o estado nutricional da população, reduzir a prevalência da obesidade e das doenças crónicas relacionados com a alimentação, bem como as desigualdades relacionadas com as mesmas.
2.5 PLATAFORMAS DE INTERACÇÃO	Este domínio avalia a existência de plataformas de coordenação e de oportunidades para desenvolver sinergias entre as diferentes áreas e níveis governamentais e outros sectores (ONGs, sector privado e meio académico), de modo a que as políticas e medidas relativas à alimentação e nutrição sejam coerentes, eficazes e eficientes na melhoria dos ambientes alimentares, do estado nutricional da população, bem como na prevenção e controlo das doenças crónicas e na redução das desigualdades relacionadas com a alimentação.
2.6 ABORDAGENS MULTISSECTORIAIS / SAÚDE EM TODAS AS POLÍTICAS	Este domínio avalia a existência de processos que assegurem a coerência e o alinhamento das políticas. Adicionalmente, contempla se os impactos ao nível da saúde pública são explicitamente considerados no desenvolvimento de políticas públicas.

Fonte: Gregório *et al.*, 2022

Excurso: O que é um indicador?

Indicadores são “fenómenos directamente observáveis que nos permitem tirar conclusões razoáveis sobre factos não directamente observáveis” (Lamnek, 1993: 389).

Na investigação empírica os temas são muitas vezes tão abstractos e abrangentes que não podem ser medidas directamente. Tem que ser operacionalizados através de indicadores que podem ser directamente mesurados. Um exemplo muitas vezes citado é o tema “pobreza”: indicadores, que podem por exemplo reflectir pobreza são os rendimentos de uma família, o nível de consumo (por exemplo ter um carro), o acesso à água potável etc. O *Food EPI* operacionaliza cada dimensão de pesquisa através de indicadores, por exemplo existência de regulamentos para a composição de produtos, existência de fontes de informação sobre alimentação saudável etc.

5.2 Procedimento metodológico

A metodologia *FOOD EPI* “clássica” baseado na INFORMAS inclui várias etapas de análise:

(1) Relatório de Evidências

O primeiro passo é o levantamento do estado alvo como descrito nas políticas, segundo o levantamento da implementação das políticas. Este levantamento faz-se na base de dimensões mencionadas em cima.

- Numa primeira fase, faz-se uma análise de documentos existentes sobre estratégias, políticas e implementações na área. Esta análise toma em consideração documentos oficiais que descrevem as orientações políticas na área, planos de acção para operacionalizar as estratégias e programas, e projetos que existem. O que é necessário para este primeiro passo é ter uma boa visão sobre o estado actual das políticas existentes. Isso pode ser feito através de uma pesquisa na internet, e/ou através de entrevistas com especialistas da área. Os autores do relatório de evidência necessitam de uma boa visão geral dos actores da área, das tarefas e responsabilidades deles e dos diferentes intervenientes. Esta pesquisa pode exigir tempo, por que em geral as fontes não são acessíveis de uma forma sistematizada.
- Num segundo passo, faz-se uma análise de estudos científicos, relatórios de avaliações, documentos de monitoria, dados estatísticos etc., com relação às dimensões do *Food EPI*. A análise deste material serve para avaliar o grau de implementação das políticas. Não se deve tomar somente fontes nacionais em consideração, mas também publicações e dados que podem ser alcançados nos sites das ONGs internacionais como PMI, FAO, *SUN Movement* e outros.
- A maior parte das avaliações incidirá sobre o nível actual de implementação (ou seja, a situação ao longo do ano), mas algumas componentes terão de ter uma visão mais alargada (por exemplo, inquéritos nutricionais realizados nos últimos 5 anos) (ver Swinburn *et al.*, 2013)
- Como método de análise, podem servir-se dos diferentes procedimentos da análise de conteúdo.
- Todas as informações são resumidas em um relatório de evidências.

Excursão: a análise estruturada de conteúdo

O psicólogo alemão Philipp Mayring elaborou um modelo que facilita uma análise de documentos, textos (também comparativos). Num primeiro passo, os pesquisadores definem a unidade de pesquisa, por exemplo (como no caso do *Food EPI*) estratégias e planos governamentais na área SAN. Num segundo passo, elaboram um plano de códigos com palavras-chave sobre SAN: por exemplo “PROD ALI” para produção de alimentos, “PROM” para promoção de Alimentos Saudáveis, “TAX” para Taxação de alimentos não saudáveis etc. Depois os documentos são analisados e as informações sistematizadas na base destes códigos. Isso facilita, por exemplo, nos passos seguintes, avaliar a importância das temáticas escolhidas em diferentes estratégias públicas, por exemplo, em estratégias agrícolas, em planos de saúde, em programas de acção social etc. (ver Mayring, 2021).

As categorias que servem para uma estruturação de um texto dependem das hipóteses, interesses de pesquisa, temáticas etc. Num estudo sobre política alimentar em Moçambique efectuado pelo *United Nations Systems*, foram elaborados critérios como:

- Políticas contém objectivos de nutrição e indicadores de nutrição?
- Focam nos grupos mais vulneráveis?
- Colaboram e coordenam com outros sectores?
- Incorporam a promoção da nutrição e educação nutricional?
- etc. (ver *United Nations Systems*, 2013)

(2) Workshop de Verificação

O segundo passo é uma avaliação dos factos e das evidências de implantação resumidas no relatório de evidência no quadro de um *workshop* de verificação:

- A exaustividade e a exactidão dos conteúdos são reflectidas num *workshop* de verificação. Além disso, são avaliados os graus de implementação das diferentes políticas nas dimensões mencionadas em cima. Para este passo, o grupo de avaliação pode usar exemplos de boas práticas da política nutricional ao nível internacional para cada dimensão. Os exemplos de boas práticas são descritos em várias publicações da rede INFORMAS¹⁷ e podem ser seleccionados pelos autores do relatório devido às suas relevâncias para Moçambique. A avaliação da implementação pode, por exemplo, usar uma escala Likert (ver Pineda, 2022), que facilita mesurar e ilustrar do grau de implementação. Neste *workshop* envolvem-se especialistas das diferentes áreas (domínios) analisadas, como o sector de saúde, da agricultura, das finanças, vindos do sector público, da sociedade civil, ONGs, da academia. Eles deveriam receber o relatório draft de evidência antes do *workshop*. Os resultados da discussão são depois integrados no relatório de evidência final.

17 <https://www.informas.org/>. Aqui encontram-se todos os estudos *Food EPI*

Excurso: Escala de Likert

A escala de Likert é utilizada para registar a atitude de um inquirido em relação a um tópico. A escala de Likert deve o seu nome ao psicólogo americano Rensis Likert. Para um teste de Likert, são formuladas várias afirmações de avaliação, com as quais a pessoa concorda ou discorda utilizando uma escala. A escala de resposta para um item do tipo Likert consiste geralmente em 5, 7 ou 11 valores característicos. A resposta intermédia, 4 numa escala de Likert de 7 pontos, representa a resposta “não sei, indeciso”. As perguntas individuais que compõem o bloco de afirmações sobre um tópico são designadas por itens. Um exemplo: A característica global da capacidade de inovação deve ser testada. Um dos vários itens de Likert sobre este tema poderia ser o seguinte “Até que ponto concorda com a seguinte afirmação: Gosto de comprar dispositivos técnicos que acabaram de chegar ao mercado.” As opções de resposta seriam de “1: concordo totalmente” a “5: discordo totalmente”. Num sentido mais lato, o termo escala de Likert também é frequentemente utilizado para designar escalas de classificação que os inquiridos podem utilizar para expressar a sua concordância ou discordância numa escala de intervalos de vários níveis.” (Likert-Skala | Statista¹⁸)

(3) Workshop de priorização

O terceiro passo é a identificação e priorização de opções de reformas, também em *workshops* com especialistas. A base deste passo é a análise de pontos fracos identificados no relatório de evidências, nas discussões no *workshop* e nas entrevistas com especialistas.

- Os autores do relatório de evidência apresentam provas para a implementação de políticas para cada dimensão. Apresentam também, para cada dimensão, boas práticas de políticas observadas em outros países.
- Após alguma discussão, cada participante do *workshop* classifica, de forma independente, o grau de aplicação em relação às declarações de boas práticas ou aos parâmetros de referência numa escala de 0-5. A fiabilidade entre avaliadores será avaliada utilizando os métodos disponíveis.
- Swinburn *et al.*, (2013) recomendam a realização com os participantes do *workshop* um pequeno curso de formação de curta duração sobre como aceder e classificar o nível de implementação governamental de cada uma das declarações de boas práticas.
- Ponderar, agregar e calcular a pontuação do *Food EPI*: Em primeiro lugar, os domínios receberão as suas próprias pontuações médias (mean scores), sendo as declarações de boas práticas ponderadas da seguinte forma 1 e depois as pontuações dos domínios serão somadas (cada uma ponderada como 1) para dar uma pontuação global (ou percentagem) para o nível de implementação de políticas desse governo para a criação de ambientes alimentares saudáveis.
- Qualificar, comentar e recomendar: os avaliadores farão comentários, que servirão de qualificadores e recomendações a transmitir ao Governo. O objectivo é dar um apoio positivo e ponderado à aplicação futura das políticas.

18 https://de.statista.com/statistik/lexikon/definition/82/likert_skala/

5.3 Necessidades de adaptar a ferramenta

A prioridade do *Food EPI* é avaliar as políticas governamentais nacionais, pelo que deve ser adaptado e utilizado da forma mais adequada e viável para um determinado país (ver Swinburn *et al.*, 2013)¹⁹. Isso significa, que seja nos conteúdos, seja no procedimento metodológico, não existem regras ou procedimentos rígidos. Isto é tanto mais importante quanto a ferramenta foi desenvolvido no origem em e para países do Norte Global, cujos problemas nutricionais se baseiam principalmente de um aumento rápido dos DNTs. Há indicadores que são obviamente menos importantes para países como Moçambique²⁰. No caso do Moçambique, é importante analisar as intervenções políticas SAN em uma perspectiva mais abrangente, tomando em consideração a temática SAN em geral, não só os DNTs. Faz tudo sentido integrar indicadores, que refletem problemas como desnutrição crónica e aguda.

Igualmente, as etapas metodológicas podem ser adaptadas. Iniciar a análise com um relatório de evidências, que resume numa base sistemática a existência de políticas na área de SAN e avaliar a evidência de implementação é um bom ponto de partida. Os passos seguintes devem corresponder com as necessidades. Quando tem ainda muitas perguntas abertas em respeito aos factos, como é muitas vezes a situação em países, onde o acesso à informação não é sempre fácil, é primordial completar esta análise secundária através de entrevistas com especialistas. O passo de verificação de evidências pode ser feito através de entrevistas individuais, não tem que acontecer num *workshop*. Estas entrevistas podem seguir uma estrutura uniformizada ou podem ser mais abertas. Os métodos no *workshop* de priorização podem variar. Podem basear no sistema de “*scoring*” ou numa análise FOFA (SWOT) ou numa análise de cenário.

Esta abertura é adequada tomando em consideração a situação em cada país, mas também não facilita o procedimento, por que exige dos pesquisadores bastantes capacidades de gerir diferentes métodos de levantamento e avaliação e de ter uma abertura profissional e a capacidade de adaptar uma ferramenta às condições locais.

19 A adaptação da ferramenta é um passo comum dos estudos *Food EPI*. Só para dar um exemplo: “*Before using the Food-EPI in the European context, a group of researchers (PEN WP1 partners) consulted with several experts and participating researchers within each country participating in PEN (and in another EU consortium STOP1), to gain insight into whether the 47 original good practice indicators needed to be adjusted before applying them to (countries in) Europe. Following this exercise, some indicators have been disaggregated or added, making a total of 50 indicators in the PEN Food-EPI comprising of 26 policy and 24 infrastructure support indicators. As the indicators were originally developed for assessing government policies at national level, we additionally adapted the formulation to the EU context for the purpose of this specific study. Reviewing and updating of the indicators was conducted between February and May 2019.*” (Djojoseparto *et al.*, 2021)

20 Isso é por exemplo o caso em relação ao indicador “restrição dos interesses comerciais no desenvolvimento de políticas alimentares” no domínio “governança”: uma vez que – em comparação com países do Norte Global – a indústria alimentar não é muito desenvolvida, a sua influência na política é muito mais fraca. Um outro exemplo é a questão de alocação de recursos públicos a pesquisa alimentar que também não joga um grande papel uma vez que os recursos para pesquisa são em geral muito limitados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbas M, Monjane B, Macaringue I, Costa Santos M, Machoco R, Cabanelas V 2021: Sistemas alimentares em Moçambique: Rumo a uma Política Alimentar Nacional. Maputo, Moçambique. ISBN: 9789896701505.

Bioversity, CIAT, FAO, GAIN, Government of Japan, IFAD, IFC, IFPRI, IICA, JICA, World Bank, WPF 2020: Agricultura Nutricionalmente Inteligente em Moçambique. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/119011597121563943/pdf/Nutrition-Smart-Agriculture-in-Mozambique.pdf>

Bohn C, Fiege K, Quive S 2023: Relatório de evidências. Impactos das Políticas alimentares e nutricionais em Moçambique. Avaliação com base no *Food Environment Policy Index (Food EPI)*.

Damasceno A, Cubula B, Lunet N 2017: Relatório final: Avaliação dos factores de risco das Doenças Não Transmissíveis na população moçambicana - STEPS 1,2,3 Moçambique 2014/2015. Maputo.

Djojoseparto SK, Kamphuis CBM, Vandevijvere S, Harrington JM, Poelman MP on behalf of the JPI-HDHL Policy Evaluation Network 2021: The Healthy *Food Environment Policy Index (Food-EPI)*: European Union. An assessment of EU-level policies influencing food environments and priority actions to create healthy food environments in the EU. Utrecht, Utrecht University.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2023a: FAOLEX Database. Mozambique. Law No. 17/2018 creating the National Quality System (SINAQ). <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC196766/>. Data de acesso: 29.07.2023.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2023b: FAOLEX Database. Mozambique. Decree No. 19/2021 approving the Regulation of the National Quality System (SINAQ). <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC203385>. Data de acesso: 29.07.2023.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2023c: Mozambique prohibits Highly Hazardous Pesticides. <https://www.fao.org/in-action/mozambique-prohibits-highly-hazardous-pesticides/en/>. Data de acesso: 11.07.2023.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2021: Resolução n.º 52/2021: Aprova o Programa Nacional Industrializar Moçambique, abreviadamente designado por PRONAI. Boletim da República, I Série no.º 203.

Gregorio MJ, Salvador C, Bica M, Graça P, Telo de Arriaga M 2022: The Healthy *Food Environment Policy Index (Food-EPI)*: Relatório de resultados para Portugal. Lisboa, Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, Direção-Geral da Saúde.

Hernández-Ruiz A, Madrigal C, Soto-Méndez MJ, Gil A 2022: Challenges and perspectives of the double burden of malnutrition in Latin America. *Clin. Investig. Arterioscler.* 2022, 34 (Suppl. S1), S3–S16.

INFORMAS 2023: International Network for Food and Obesity/non-communicable Disease Research, Monitoring and Action Support. <https://www.informas.org>. Data de acesso: 03.12.2023.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2021: Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20 Relatório Final. Maputo. https://www5.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/IOF%202019_20%20Final%2022_09_2021.pdf. Data de acesso: 19.10.2023.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2023a: Inquérito Demográfico e de Saúde 2022-23, Maputo.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2023b: Inquérito sobre Orçamento Familiar IOF. Relatório Final, Maputo.

Laar AK, Addo P, Aryeetey R, Agyemang C, Zotor F, Asiki G, Rampalli KK, Amevinya GS, Tandoh A, Nanema S *et al.* Perspective 2022: Food Environment Research Priorities for Africa—Lessons from the Africa Food. Environment Research Network. *Adv. Nutr.* 2022 (13): 739–747.

Mayring, P 2021: Qualitative Content Analysis. A Step-By-Step-Guide.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) 2022a: Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário II, 2022-2026.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) 2023: Sanidade Vegetal. <https://www.agricultura.gov.mz/agricultura/sanidade-vegetal/>. Data de acesso: 06.08.2023.

Ministério da Indústria e Comércio (MIC) 2016: Política e Estratégia Industrial 2016-2025. Maputo.

Ministério da Saúde (MISAU), Direcção Nacional de Saúde Pública, Departamento de Nutrição 2018: Estratégia de Alimentação Saudável, Actividade Física e Saúde 2019-2023. Maputo.

Mogues T, Billings L 2019 (IFPRI): The making of public investments: The role of champions, co-ordination, and characteristics of nutrition programmes in Mozambique, *Food Policy*, Elsevier, 83, pp. 29-38.

Nel JH, Steyn NP 2022: The Nutrition Transition and the Double Burden of Malnutrition in Sub-Saharan African Countries 2022: How Do These Countries Compare with the Recommended LAN-CET COMMISSION Global Diet? *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2022 (19): 16791. <https://doi.org/10.3390/ijerph192416791>

Oliveira MI 2014: Análise de Políticas de Nutrição Coordenadas pelo SETSAN (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional): Estudo de Caso da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique. UFRRJ, Dissertação, Instituto de Florestas, Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro.

Phulkard S, Lawrence M, Vandevijare S, Sacks G, Worsley A, Tangcharoensathin V 2016: A review of methods and tools to assess the implementation of government policies to create healthy food environments for preventing obesity and diet-related non-communicable diseases. *Open Access. Bio Med Control*.

Policy Evaluation Network PEN 2023: <https://www.jpi-pen.eu/>. Data de acesso: 03.12.2023.

Popkin BM, Ng SW 2021: The nutrition transition to a stage of high obesity and noncommunicable disease prevalence dominated by ultra-processed foods is not inevitable. *Obes. Rev.* 2021, 23, e13366.

República de Moçambique 2020: Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique, 2011-2014. Maputo.

República de Moçambique 2022: PEDSA 2030. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário. Maputo. <https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz214715.pdf>. Data de acesso: 19.10.2023.

República de Moçambique 2022: PEDSA 2030. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário. Maputo. <https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz214715.pdf>. Data de acesso: 19.10.2023.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2019: Evolução da Planificação, orçamentação e execução de actividades de nutrição em Moçambique (2010-2019). Sem local.

Statista 2023: Likert-Skala. https://de.statista.com/statistik/lexikon/definition/82/likert_skala/. Data de acesso: 03.12.2023.

Swinburn B, Vandevijvere D, Kraak V, Sacks G, Snowdon G, Hawkes C, Barquera S, Friel S, Kelly B, Kumanyika S, L'Abbé M, Lee A, Lobstein T, Ma J, Macmullan J, Mohan S, Monteiro, C, Neal B, Rayner, M, Sanders D, and Walker C. for INFORMAS 2013: Monitoring and benchmarking government policies and actions to improve the healthiness of food environments: a proposed Government *Healthy Food Environment Policy Index*

Thow AM, Greenberg St, Hara M, Friel S, du Toit A, Sanders D 2018: Improving policy coherence for food security and nutrition in South Africa: a qualitative policy analysis, *Food Security* (10): 1105-1130.

USAID 2021: Mozambique: Nutrition Profile.

United Nations System, Standing Committee on Nutrition 2013: Análise de Políticas Nacionais. Impactos dos sistemas agrícolas e alimentares na Nutrição – Moçambique. Maputo.

Vandevijvere S, Barquera S, Caceres G, *et al.* 2019: An 11- country study to benchmark the implementation of recommended nutrition policies by national governments using the *Healthy Food Environment Policy Index*, 2015 - 2018. *Obesity Reviews*. 2019; 20(S2): 57–66.

Vunjanhe J, Adriano V 2015: Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: um longo caminho por trilhar. CERESAN, Textos para discussão.

World Food Programme (WFP) 2018a: Fill the nutrition gap Mozambique: Summary report. WFP: Rome.

ANEXO

Anexo I: Indicadores por dimensão do *Food EPI*

Verde: componente Políticas Públicas

Amarelo: componente Estruturas de Apoio à Implementação

Indicadores do domínio: composição de produtos alimentares

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Objectivos de composição alimentar para alimentos processados industrialmente	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração dos ingredientes dos alimentos processados industrialmente. - Política para eliminar os ácidos gordos <i>trans</i> produzidos industrialmente - Política para desincentivar o consumo de produtos com alto teor de açúcar, sal e gorduras transformadas
2	Objectivos de qualidade alimentar para todos os alimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Controlo do saneamento dos alimentos (limites máximos de resíduos) para produtos nacionais e de exportação - Limites legislativos e controlo dos níveis de aflatoxinas nos géneros alimentícios e nos alimentos para animais para produtos nacionais e de exportação
3	Objectivos de composição dos alimentos para refeições vendidas em estabelecimentos de restauração	<ul style="list-style-type: none"> - Objectivos obrigatórios de reformulação para açúcares adicionados, sal e gorduras saturadas para alimentos processados e ultraprocessados e refeições vendidas em restaurantes de serviço rápido (<i>Fast Food</i>) (foco em Moçambique: ajuda alimentar e refeições escolares)

Fonte: Adaptado de Djojoseparto *et al.* (2021)

Indicadores do domínio: rotulagem alimentar

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Listas de ingredientes e alegações nutricionais	<ul style="list-style-type: none"> - As listas de ingredientes e as alegações nutricionais em conformidade com as recomendações do <i>Codex Alimentarius</i> estão presentes nos rótulos de todos os alimentos embalados
2	Alegações nutricionais e de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de definição de perfis nutricionais claro e baseado em dados concretos para evitar a utilização de alegações nutricionais e de saúde (incluindo alegações de função) em alimentos e refeições com elevado teor de gorduras saturadas, gorduras <i>trans</i>, sal ou açúcares adicionados
3	Rotulagem na parte da frente da embalagem	<ul style="list-style-type: none"> - Rótulo fácil de compreender na frente da embalagem (incluindo uma declaração de saúde normativa) a implementar para todas as categorias de produtos, incluindo a apresentação em alimentos pré-embalados, bem como a rotulagem na prateleira para alimentos não pré-embalados
4	Rotulagem de menus	<ul style="list-style-type: none"> - Rotulagem fácil de compreender do quadro de ementas com informações calóricas e nutricionais, alergénios e aditivos alimentares

Fonte: Adaptado de Djojoseparto *et al.* (2021)

Indicadores do domínio: políticas que influenciam os preços

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Impostos e taxas sobre alimentos / ingredientes	<ul style="list-style-type: none"> - Impostos e taxas sobre importação/exportação de alimentos - Impostos e taxas sobre a venda de alimentos não saudáveis - Impostos e taxas sobre a venda de alimentos saudáveis - Banimentos e contingentes de alimentos importados
2	Subsídios alimentares / alimentares saudáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Subsídios aos preços de alimentos - Subsídios para incentivar a produção de alimentos/ alimentos saudáveis
3	Apoio ao rendimento relacionado a alimentação/ alimentação saudável	<ul style="list-style-type: none"> - Ajuda financeira destinada a alimentação/alimentação saudável

Fonte: Adaptado de Grégorio *et al.*, 2022

Indicadores do domínio: promoção e marketing alimentar

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Restrição do <i>marketing</i> alimentar dirigido à crianças (televisão e rádio)	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas implementadas para restringir a exposição e o poder do <i>marketing</i> de alimentos nutricionalmente inadequados para crianças, incluindo adolescentes, através dos meios de difusão tradicionais (televisão e rádio)
2	Restrição do <i>marketing</i> alimentar dirigido a crianças (meios digitais)	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas implementadas para restringir a exposição e o poder do <i>marketing</i> de alimentos nutricionalmente inadequados para crianças, incluindo adolescentes, através dos meios de comunicação digitais
3	Restrição do <i>marketing</i> alimentar dirigido a crianças (outros meios)	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas implementadas para restringir a exposição e o poder do <i>marketing</i> de alimentos nutricionalmente inadequados para crianças, incluindo adolescentes, através dos meios de comunicação que não os de difusão tradicional nem os meios digitais
4	Restrição do <i>marketing</i> alimentar em ambientes infantis	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas implementadas para garantir que a publicidade a alimentos nutricionalmente inadequados não se verifica nos “ambientes infantis”, isto é, ambientes habitualmente frequentados por crianças (por exemplo, creches ou jardins de infância, escolas, eventos desportivos e culturais)
5	Restrição do <i>marketing</i> alimentar dirigido a crianças nas embalagens dos produtos alimentares	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas implementadas que garantem que não existe informação e conteúdo publicitário dirigido a crianças, incluindo adolescentes, nas embalagens dos produtos alimentares nutricionalmente inadequados
6	Promoção de alimentos saudáveis e de regimes alimentares diversificados	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia e campanhas para a promoção de alimentos saudáveis e de regimes alimentares diversificados

Fonte: Adaptado de Djojoseparto *et al.*, 2021

Indicadores do domínio: oferta alimentar em espaços públicos

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Aquisição e oferta alimentar saudável nas escolas e creches; ajuda alimentar para por exemplo deslocados; ajuda alimentar em situações de desastres naturais	- Conteúdo didáctico sobre alimentação saudável - Fornecimento de alimentos nas escolas
2	Aquisição e oferta alimentar saudável em outras instituições do sector público	- Regras para o fornecimento de alimentos saudáveis nas instituições públicas
3	Procedimentos de compras públicas que promovam uma alimentação saudável	- Normas de fornecimento de alimentos por instituições públicas, doadores, etc.
4	Sistemas de apoio e formação (escolas, outras organizações do sector público e empresas privadas) para ajudar a cumprir as políticas e orientações relativas aos serviços de alimentação saudável	- Capacitar as instituições públicas para fornecer alimentos saudáveis e cumprirem as políticas e directrizes

Fonte: Adaptado de Grégorio *et al.*, 2022

Indicadores do domínio: oferta alimentar, planeamento e ordenamento do território

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Leis de planeamento do território que limitem serviços de <i>fast food</i>	- Existência de leis e políticas na área de planeamento e ordenamento do território que limitem a densidade ou a localização de estabelecimentos de restauração de serviços rápido (<i>fast food</i>), ou outros pontos de venda, que disponibilizem principalmente alimentos nutricionalmente inadequados, bem como outras medidas que possam limitar o acesso a estes pontos de venda (por exemplo, através do horário de funcionamento)
2	Leis de planeamento do território que promovam a disponibilidade e acesso a fruta e hortícolas frescos	- Existência de leis e políticas na área do planeamento e ordenamento do território que promovam a disponibilidade e o acesso a pontos de venda de fruta e hortícolas frescos
3	Promoção da disponibilidade de alimentos saudáveis nos estabelecimentos comerciais de alimentos	- Existência de medidas de apoio por parte do Governo que incentivem os estabelecimentos comerciais de alimentos a promover a disponibilidade de produtos alimentares saudáveis e a limitar a disponibilidade de produtos alimentares nutricionalmente inadequados
4	Promoção da disponibilidade de alimentos saudáveis nos estabelecimentos do sector da restauração	- Existência de medidas de apoio que incentivem os estabelecimentos do sector da restauração a promoverem e a disponibilizarem produtos alimentares saudáveis, bem como limitarem a promoção e a disponibilidade de produtos alimentares nutricionalmente inadequados

Fonte: Adaptado de Grégorio *et al.*, 2022

Indicadores do domínio: acordos comerciais e investimentos

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Avaliação do impacto na saúde de acordos comerciais e de investimento	- Existência de avaliações do impacto do risco de acordos comerciais e de investimento, de forma a identificar, avaliar e minimizar os impactos negativos directos e indirectos destes acordos ao nível da saúde e do estado nutricional da população
2	Acordos comerciais e económicos protegem a capacidade legislativa para a implementação de políticas internas relacionadas com ambientes alimentares	- Existência de medidas públicas para gerir o investimento e proteger a capacidade legislativa no que diz respeito à nutrição em saúde pública

Fonte: Adaptado de Grégorio *et al.*, 2022

Indicadores do domínio: liderança

Ord.	Indicadores	Sub-Indicadores
1	Existência de forte e visível promoção da temática “SAN” nas políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar a temática na agenda política em diferentes situações - Participação dos regentes em eventos respectivos - Participação do governo em redes e iniciativas - Existência e promoção de campeões na área - Promoção de temáticas transversais em todos os sectores
2	Existência de metas e valores de referência para o consumo de nutrientes relevantes	<ul style="list-style-type: none"> - Orientar a política nas metas científicas existentes
3	Existência de directrizes dietéticas	<ul style="list-style-type: none"> - As directrizes alimentares baseadas nos alimentos (também conhecidas como directrizes dietéticas) destinam-se a estabelecer uma base para as políticas públicas em matéria de alimentação e nutrição, saúde e agricultura e para os programas de educação nutricional, a fim de promover hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis. Fornecem conselhos sobre alimentos, grupos de alimentos e padrões alimentares para fornecer ao público em geral os nutrientes necessários para promover a saúde geral e prevenir doenças crónicas. (FAO, 2022)
4	Existência de planos de acção para a melhoria do ambiente alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalizar estratégias na área de saúde, nutrição, segurança alimentar etc.; definir metas e etapas; determinar responsabilidades e meios necessários
5	Existência de metas para a redução de desigualdades sociais no âmbito da nutrição	<ul style="list-style-type: none"> - Intervenções concretas para melhorar a situação nutricional de grupos específicos vulneráveis, como órfãos, desabilitados, refugiados e outros

Fonte: Gregório *et al.*, 2022

Indicadores do domínio de governação

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Restrição dos interesses comerciais no desenvolvimento de políticas	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de interesses particulares na definição de políticas e estratégias no âmbito SAN
2	Políticas de alimentação e nutrição baseadas na evidência científica	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias e Recomendações que seguem evidências científicas como por exemplo padrões nutricionais formulados pela OMS
3	Transparência no desenvolvimento de políticas de alimentação e nutrição	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento de diferentes <i>stakeholders</i> na elaboração e discussão de estratégias políticas no âmbito SAN
4	Acesso público a informação relacionada com a alimentação e nutrição	<ul style="list-style-type: none"> - Diferentes grupos de população podem se informar sobre questões nutricionais

Fonte: Gregório *et al.*, 2022

Indicadores do domínio: monitorização e informação

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Monitorização dos ambientes alimentares	- Verificar mudanças nas componentes dos ambientes alimentares
2	Monitorização do estado nutricional e ingestão de nutrientes	- Avaliar regularmente a situação nutricional da população
3	Monitorização de sobrepeso e obesidade, assim como peso abaixo e malnutrição	- Observar problemas que tem a ver com diferentes formas de malnutrição
4	Monitorização das principais doenças não transmissíveis (DNTs), factores de risco e prevalência, assim como factores de risco resultando de malnutrição	- Observar o desenvolvimento de doenças que resultam de uma nutrição não saudável
5	Avaliação de programas de nutrição e de saúde, assim como programas e políticas de SAN, incluindo programas promovendo agricultura para ambientes alimentares saudáveis.	- Medir os impactos de políticas e intervenções na área de SAN para poder designar actividades que correspondem com o contexto local, adaptada aos diferentes grupos-alvos, dentre outros.
6	Monitorização de progressos para a redução de desigualdades ou impactos para a saúde em populações vulneráveis	- Promover camadas de população vulneráveis para melhorar o acesso a nutrição saudável

Fonte: Gregório *et al.*, 2022

Indicadores do domínio: financiamento e alocação de recursos

Ord.	Indicadores	Objetivos
1	Orçamento para nutrição da população, Orçamento para programas e projetos no âmbito SAN	- A posição que SAN tem do ponto de vista da distribuição de recursos financeiros do Estado.
2	Promoção de pesquisa no âmbito de ambientes alimentares saudáveis	- Avaliar a importância do apoio financeiro do Estado à pesquisa

Fonte: Gregório *et al.* 2022

Indicadores do domínio: plataformas de interacção

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Mecanismos de coordenação entre diferentes áreas governativas	- Existência de mecanismos robustos de coordenação entre as diferentes áreas governativas (nacional, regional e local) para garantir a coerência, o alinhamento e a integração de políticas de prevenção da obesidade e das doenças crónicas relacionadas com a alimentação inadequada
2	Plataformas entre o Governo e o sector agroalimentar	- Existência de plataformas formais (com a definição clara de mandatos, responsabilidades e estruturas) para promover a interacção regular entre o Governo e operadores económicos do sector agroalimentar na implementação das políticas para a promoção da alimentação saudável e de outras estratégias relacionadas
3	Plataformas entre o Governo e a sociedade civil	- Existência de plataformas formais (com a definição clara de mandatos, responsabilidades e estruturas) para promover a interacção regular entre o Governo e a sociedade civil no desenvolvimento, na implementação e na avaliação de políticas de promoção da alimentação saudável e de outras estratégias relacionadas
4	Plataformas de interacção entre o Governo e os parceiros de desenvolvimento	- Existência de plataformas formais (com a definição clara de mandatos, responsabilidades e estruturas) para promover a interacção regular entre o Governo e os parceiros de cooperação para o desenvolvimento, na implementação e na avaliação de políticas de promoção da alimentação saudável e de outras estratégias relacionadas

Fontes: Adaptado de Djojoseparto *et al.*, 2021; Grégorio *et al.*, 2022

Indicadores do domínio abordagens multisectoriais/saúde em todos os domínios

Ord.	Indicadores	Sub-indicadores
1	Avaliação do impacto de políticas alimentares na saúde	- Avalia se no desenvolvimento de todas as políticas públicas relacionadas com a alimentação existem processos que consideram e valorizam aspectos relacionados com o estado nutricional e de saúde da população, com a redução das desigualdades em saúde, bem como com os impactos na saúde nos grupos da população mais vulneráveis
2	Avaliação do impacto de políticas não-alimentares na saúde	- Existência de processos (nomeadamente Avaliações de Impacto na Saúde (HIAs)) para avaliar e considerar os impactos na saúde durante o desenvolvimento de outras políticas não-alimentares

Fontes: Adaptado de Djojoseparto *et al.*, 2021; Grégorio *et al.*, 2022

ANEXO II: FICHAS DE TRABALHO

Dia 1	Ficha 1: Definição de indicadores por dimensão seleccionada
<p>Prazo: 60 minutos para trabalho em grupo, 45 minutos para a apresentação (cada grupo 10-15 minutos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer a tarefa no grupo • Seleccionar um moderador e um apresentador • Reflectir individualmente sobre indicadores (5 minutos) • Apresentar os resultados no grupo usando cartolinas (ver Anexo IV) • Organizar as cartolinas por tópico • Analisar os resultados, resumir e preparar a apresentação na plenária 	
Dia 2	Ficha 2: Análise de uma dimensão do <i>Food EPI</i> na base do Relatório de Evidências e dos textos adicionais
<p>Prazo: 165 minutos para o trabalho em grupo, 60 minutos para a apresentação (cada grupo 15-20 minutos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer a tarefa • Seleccionar um moderador e um apresentador (ver Anexo IV) • Ler o texto • Discutir o texto • Seleccionar os tópicos importantes e organizar os resultados (usar cartolinas) • Preparar a apresentação 	
Dia 3	Ficha 3: Preparação da simulação de um <i>workshop</i> de verificação/ ou de uma entrevista com um especialista
<p>Prazo: 150 minutos para o trabalho em grupo, 105 minutos para a simulação (para os grupos de entrevistas 15 minutos, para o grupo do <i>workshop</i> 30 minutos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer a tarefa • Escolher um moderador/um apresentador • Definir os objectivos do <i>workshop</i>/os objectivos da entrevista • Definir os participantes do <i>workshop</i>/definir a pessoa que será entrevistada • Definir os conteúdos e passos do <i>workshop</i>/da entrevista • Definir a metodologia do <i>workshop</i>/da entrevista • Elaborar um roteiro para o <i>workshop</i>/um guião da entrevista 	
Dia 4	Ficha 4: Avaliação das simulações
<p>Prazo: 60 minutos para o trabalho em grupo, 60 minutos para a apresentação e o debate (para os grupos 10 minutos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer a tarefa • Escolher um moderador/um apresentador • O que correu bem/ ou que correu mal. Porquê? • Rever os objectivos definidos para esta tarefa • Comparar os objectivos com os resultados atingidos 	

ANEXO III: BOAS PRÁTICAS

1 COMPONENTE: POLÍTICAS PÚBLICAS		
Domínio político	Boa prática	Exemplo de boas práticas internacionais
Composição nutricional do produto	Normas/ objectivos de composição alimentar para alimentos processados industrialmente	Argentina: Níveis máximos obrigatórios de sódio em vários produtos alimentares Dinamarca: Proibição das gorduras <i>trans</i>
	Normas/objectivos de composição dos alimentos para as refeições vendidas em estabelecimentos de serviços alimentares	EUA: Os restaurantes não estão autorizados a produzir alimentos que contenham óleos parcialmente hidrogenados (OPH) Nova Zelândia: Estabelecidas normas industriais para os óleos de fritura
Rotulagem alimentar	Listas de ingredientes e declarações de nutrientes exigidas	Canadá, EUA (e outros): Exigida a rotulagem de gorduras <i>trans</i> nos alimentos embalados EUA: Obrigação de incluir o açúcar adicionado na rotulagem dos alimentos embalados
	Sistemas normativos em vigor para as alegações nutricionais e de saúde	Indonésia: Regulamentada a utilização de alegações relativas ao teor de nutrientes específicos (p. ex. nível de gordura para uma alegação de baixo teor de gordura)
	Rotulagem na parte da frente da embalagem	Equador: Rotulagem obrigatória com semáforos que indicam o carácter saudável dos produtos alimentares. Chile: Rótulos de advertência para produtos com elevado teor de calorias, gorduras saturadas, açúcar ou sódio
	Sistema de rotulagem de menus	Coreia do Sul: As cadeias de restaurantes (100+ pontos de venda) devem apresentar informações sobre os nutrientes nos menus (energia, açúcares totais, proteínas, gorduras saturadas, sódio)

Promoção e <i>marketing</i>	Restrições à publicidade de alimentos não saudáveis dirigida às crianças nos meios de comunicação social	Chile: Proibição do <i>marketing</i> /da publicidade de alimentos não saudáveis dirigida a crianças com menos de 14 anos (ou quando a percentagem de audiência for superior a 20% de crianças)
	Restrições à publicidade de alimentos não saudáveis dirigida às crianças nos meios de comunicação não televisivos	Quebeque, Canadá: Proibição de toda a publicidade comercial dirigida às crianças (com menos de 13 anos) através de qualquer meio
	Restrições à publicidade de alimentos não saudáveis em ambientes infantis	Espanha: A legislação exige que os jardins-de-infância e as escolas não tenham qualquer tipo de publicidade
	Restringir a comercialização de substitutos do leite materno	Vários países: A legislação/regulamentação adaptada engloba todos/quase todos os requisitos do Código Internacional da WHA sobre este tema
Políticas de preços e incentivos	Reduzir impostos e taxas sobre os alimentos/ ingredientes não saudáveis	Fiji: Supressão do imposto especial sobre o consumo de frutas, produtos hortícolas e legumes importados
	Aumentar impostos e taxas sobre os alimentos/ ingredientes não saudáveis	México: 10% de imposto sobre as bebidas açucaradas, 8% de imposto sobre os snacks não saudáveis Hungria: Imposto de saúde pública sobre bebidas açucaradas e vários alimentos não saudáveis
	Subsídios ao consumo de alimentos saudáveis	Canadá: O programa de subsídios baseado no comércio retalhista em comunidades isoladas do Norte permite que os retalhistas locais e os fornecedores registados tenham acesso e reduzam o custo de alimentos saudáveis perecíveis (p. ex., ovos, legumes)
	Apoio ao rendimento para alimentos saudáveis	Reino Unido: As mulheres grávidas/famílias com crianças com menos de 4 anos que recebem determinadas prestações estatais recebem semanalmente vales de alimentação “Começo saudável”
Aquisição e oferta alimentar em espaços públicos	Aquisição e oferta alimentar saudável nas escolas e creches	Costa Rica: As escolas só podem vender alimentos que cumpram as normas nutricionais estabelecidas. Reino Unido: Normas nutricionais obrigatórias para todos os alimentos servidos nas escolas - restrição de alimentos com elevado teor de gordura/açúcar/sal/ alimentos processados
	Aquisição e oferta alimentar em outros espaços públicos	Cidade de Nova Iorque, EUA: Normas nutricionais obrigatórias para todos os alimentos comprados/vendidos por agências municipais (hospitais, prisões, cuidados a idosos, instalações de saúde)
	Sistemas de apoio e formação em vigor em contextos públicos	Japão: Supervisão/monitorização obrigatória por dietista/nutricionista (p. ex., elaboração de ementas) para todas as instalações governamentais que fornecem mais de 250 refeições/dia

Fonte: Laar *et al.*, 2018; Sacks *et al.*, 2017 *apud* Laar *et al.*, 2019

Oferta alimentar, planeamento e ordenamento do território	Leis de zonamento sobre a densidade/localização de estabelecimentos de serviços alimentares saudáveis/não saudáveis	Coreia do Sul: “Zonas Verdes de Alimentação” (<200m) em redor das escolas proíbem a venda de alimentos (<i>fast food</i> , refrigerantes) considerados pouco saudáveis pela Administração de Alimentos e Medicamentos
	Regulamentação da disponibilidade de alimentos saudáveis/ não saudáveis nas lojas	Reino Unido: Acordo voluntário com empresas comerciais para aumentar a disponibilidade de frutas e legumes nas lojas de conveniência
Acordos comerciais e investimento	Avaliação do impacto dos acordos comerciais	União Europeia: Avaliações obrigatórias do impacto ambiental (incluindo potencialmente o impacto na saúde) para todos os novos acordos comerciais
	Proteger a capacidade de regulamentação em matéria de nutrição	Gana: As normas estabelecem teores máximos de % de gordura na carne de bovino, de suíno, de carneiro e de aves

2 COMPONENTE: ESTRUTURAS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO		
Domínio político	Boa prática	Exemplo de boas práticas internacionais
Liderança política	Forte e visível promoção da temática SAN nas políticas públicas	Cidade de Nova Iorque, EUA: O Presidente da Câmara (M. Bloomberg) demonstrou uma forte liderança política ao introduzir políticas alimentares de referência, incluindo restrições às gorduras <i>trans</i> e às doses de bebidas açucaradas.
	Metas e valores de referência para o consumo de nutrientes relevantes	Brasil: O Plano de Acção Estratégico para o Enfrentamento das DNTs especifica objectivos para o consumo de fruta e legumes e para a redução da ingestão média de sal.
	Implementação de directrizes dietéticas	Brasil: As directrizes alimentares nacionais abordam a alimentação saudável numa perspectiva cultural, ética e ambiental.
	Plano de acção para a melhoria do ambiente alimentar	UE: Plano de Acção Europeu para a Alimentação e a Nutrição 2015-20
	Metas para a redução de desigualdades sociais no âmbito da nutrição	Nova Zelândia: O Ministério da Saúde mantém contratos com ONG/outras instituições para dar prioridade à saúde Maori e às necessidades específicas dos Maoris na prestação de serviços, no desenvolvimento de serviços e no planeamento

Fonte: Laar et al., 2018; Sacks et al., 2017 apud Laar et al., 2019

Governança	Restrição dos interesses comerciais no desenvolvimento de políticas	Austrália: Valores e Código de Conducta da Comissão de Serviços Públicos inclui uma série de secções relevantes (por exemplo, conflitos de interesses, <i>lobbying</i>)
	Políticas de alimentação e nutrição baseadas na evidência científica	Austrália: Requisitos do Conselho Nacional de Saúde e Investigação Médica para desenvolver orientações baseadas em evidências
	Transparência no desenvolvimento de políticas alimentação e nutrição	Austrália: Princípios de acesso aberto em todos os governos, processos FSANZ para uma participação alargada das partes interessadas no desenvolvimento de novas normas
	Acesso público à informação relacionada com a alimentação e nutrição	Vários países: A legislação relativa à liberdade de informação confere ao público determinados direitos de acesso a documentos de departamentos/agências governamentais
Monitorização e informação	Monitorização dos ambientes alimentares	Nova Zelândia: Base de dados de informação sobre nutrientes para diferentes alimentos, monitorização dos ambientes alimentares escolares a nível nacional
	Monitorização do estado nutricional da população e ingestão de nutrientes	EUA: Inquérito nacional anual que fornece informações nacionais pormenorizadas sobre o estado de saúde, o historial de doenças e a ingestão de alimentos por adultos e crianças
	Monitorização do peso corporal	Reino Unido: Programa Nacional de Medição Infantil para o IMC das crianças, que avalia crianças com idades compreendidas entre os 4-6 e os 10-11 anos.
	Monitorização dos factores de risco de DNTs	Países da OCDE: A maioria dispõe de dados sólidos sobre a prevalência, a incidência e a mortalidade das principais DNTs relacionadas com a alimentação e dos factores de risco dessas doenças
	Avaliação dos principais programas e políticas	EUA: O Instituto Nacional de Saúde dedicou fundos à avaliação de novas políticas/programas susceptíveis de influenciar os comportamentos relacionados com a obesidade
	Monitorização de progressos para a redução de desigualdades ou impactos para a saúde em populações vulneráveis	Nova Zelândia: Todos os inquéritos anuais do Ministério da Saúde estimativa por subpopulações

Financiamento e alocação de recursos	Orçamento para nutrição, orçamento para programas e projectos no âmbito SAN	Tailândia: O relatório de despesas de 2012 mostrou que o governo tinha aumentado as despesas com a nutrição (excluindo alimentos, controlo da higiene)
	Financiamento da investigação sobre obesidade e outras DNTs	Tailândia: O Conselho Nacional de Investigação financiou mais projectos sobre obesidade e doenças crónicas relacionadas com a alimentação entre 2013 e 2014
	Agência oficial de promoção da saúde com financiamento sustentável	Austrália: A <i>Victorian Health Promotion Foundation</i> é uma agência governamental autónoma estabelecida como uma agência dedicada à promoção da saúde.
Plataformas de interacção	Mecanismos de coordenação entre diferentes áreas governativas	Malta: O Conselho Consultivo Interministerial sobre Estilos de Vida Saudáveis (grupo intersectorial) aconselha o Ministro da Saúde sobre uma abordagem da nutrição ao longo da vida
	Mecanismos de coordenação entre o Governo e o sector privado	Reino Unido: O “ <i>Responsibility Deal</i> ” foi uma iniciativa destinada a reunir empresas do sector alimentar e grupos não governamentais para combater as DNTs
	Plataformas de interacção entre o Governo e a sociedade civil	Brasil: O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é composto por representantes da sociedade civil e do governo que assessoram o gabinete do Presidente da República em questões relacionadas com a SAN.
Saúde em todos os domínios	Todas as políticas governamentais sensíveis à nutrição eW às desigualdades	Eslovénia: Realizou uma avaliação do impacto na saúde em relação à política agrícola a nível nacional

Fonte: Laar *et al.*, 2018; Sacks *et al.*, 2017 *apud* Laar *et al.*, 2019

ANEXO IV: REGRAS DE VISUALIZAÇÃO METAPLAN E TAREFAS DE MODERAÇÃO

Regras de visualização Metaplan

Um dos instrumentos ou ferramentas que apoia a organização do trabalho em um grupo de trabalho é a visualização com recurso à Metaplan. Esta técnica serve para estruturar a discussão, guardar ideias importantes, documentar decisões e conteúdos que devem ser tratados mais tarde.

A visualização permite um trabalho participativo e inclusivo. Para isso, são utilizadas cartolinas e marcadores e cada integrante da equipa tem voz igual aos demais. Isto é, os cartões garantem que todas as ideias tenham o mesmo valor e a integração das ideias não depende de quem é a pessoa que as verbaliza. Uma grande vantagem do sistema Metaplan (trabalho com cartolinas) é a flexibilidade. Possibilita a organização de ideias durante a discussão e a estruturação dos temas e conteúdos, bem como a integração de novas ideias ou eliminação de outras em diferentes passos do trabalho.

Para tirar partido da metodologia Metaplan, os participantes devem tomar em consideração algumas regras que facilitam a visibilidade e harmonia dos cartões.

Sim	Não
Escrever para que as linhas sejam visíveis à distância	Evitar letras pequenas e não visíveis
Escrever no máximo três linhas por cartão	O uso de mais de três linhas num cartão, com demasiadas palavras e ideias pode prejudicar o uso
Utilizar maiúsculas e minúsculas para facilitar a leitura	As letras maiúsculas decifram-se com mais dificuldade
Escrever com pouco espaço entre as letras	Não se recomenda deixar demasiado espaço entre as letras
Harmonizar a altura das letras numa cartolina	Evitar letras com maior ou menor altura
Escrever apenas uma ideia por cartão	Várias ideias em um único cartão dificultam a reestruturação

Moderação

Para assegurar um trabalho orientado para os objectivos, a moderação tem um papel decisivo.

Trata-se de uma técnica para guiar, conduzir, orientar e estruturar discussões, reuniões ou processos em grupo. Cada passo do trabalho da equipa de pesquisa exige uma moderação. O membro da equipa que fizer a moderação deverá conhecer bem as fases e os passos necessários para a elaboração de uma tarefa, para assim apoiar a equipa a chegar ao/s resultado/os necessário/s.

A moderação tem várias responsabilidades/tarefas, entre as quais são de referir:

- Estruturar o processo;

- Preparar os aspectos logísticos da reunião (lugar, materiais, etc);
- Estabelecer uma agenda, priorizar os pontos a tratar e definir resultados concretos para a reunião;
- Assegurar que é feita a acta/resumo do encontro;
- Propor técnicas e ferramentas a serem usadas na discussão (exemplo: chuva de ideias, matriz de priorização, mapa mental etc.);
- Visualizar pontos-chave, acordos e resultados;
- Manter o fio condutor, fazer a gestão do tempo, incluindo intervalos;
- Gerir a dinâmica grupal;
- Assegurar a participação de todos;
- Assegurar o respeito das regras de comunicação;
- Prestar atenção a tensões e conflitos;
- Permanecer imparcial e neutro no seu papel

A tarefa exige imparcialidade e neutralidade.

Assim sendo, é recomendável que quem estiver a exercer o papel de moderador não se envolva no processo de trabalho e no debate, para garantir um bom desempenho do seu papel e se focalizar na gestão do processo. O moderador necessita de ter uma visão geral e saber qual é o resultado que se pretende alcançar em cada passo, a fim de poder orientar a equipa.

Aconselha-se que a tarefa de moderador seja assumida rotativamente pelos membros da equipa. Esta tarefa não deve estar restringida ao coordenador ou líder da equipa, nem ser vista como sua obrigação.

Qualquer membro da equipa pode exercê-la.

Ninguém nasce como moderador, o desempenho deste papel com qualidade requer conhecimentos técnicos e habilidades que se apreendem através da aplicação na prática.

Por isso, a equipa deve considerar a moderação como função importante, apoiar o moderador e no final do exercício dar feedback constructivo sobre os aspectos que podem ser melhorados.

(Fonte: Fiege, 2019)

ANEXO V: BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR

Abbas M 2017: (In)segurança alimentar e território em Moçambique: discursos e políticos e práticas. REVISTA NERA – ANO 20, Nº. 38 - Dossiê 2017. ISSN: 1806-6755.

Abbas M, Monjane B, Macaringue I, Costa Santos M, Machoco R, Cabanelas V 2021: Sistemas alimentares em Moçambique: Rumo a uma Política Alimentar Nacional. Maputo, Moçambique. ISBN: 9789896701505.

Abbas M 2022a: Avaliação do Relatório sobre a Segurança Alimentar e Nutricional aguda em Moçambique. Destaque Rural No 151.

Abbas M 2022b: PEDSA/PNISA II: Contribuindo para a persistência da Marginalização dos Camponeses e da Soberania Alimentar. Destaque Rural No 196.

Adaku Chilaka C, Ejikeme Obidiegwu J, Chinenye Chilaka A, Oladimeji Atanda O, Mally A 2022: Review: Mycotoxin Regulatory Status in Africa: A Decade of Weak Institutional Efforts. In: Toxins 2022, 14, 442. <https://doi.org/10.3390/toxins14070442>.

African Centre for Biodiversity 2019: Subsídios em insumos em Moçambique: O futuro dos agricultores camponeses e dos seus sistemas de sementes. Johannesburg. ISBN: 978-0-6399760-5-1. <https://acbio.org.za/wp-content/uploads/2022/04/subsidios-em-insumos-em-mocambique-o-futuro-dos-camponeses-e-dos-seus-sistemas-de-sementes.pdf>.

Africa Media Development Initiative, BBC World Service Trust, 2005.

African Fertilizer and Agribusiness Partnership (AFAP) 2017: A Review of National Fertilizer Regulatory Authorities in Mozambique. <https://www.afap-partnership.org/wp-content/uploads/2017/06/Final-Regulatory-Report-Mozambique.pdf>. Data de acesso: 20.06.2023.

Aiuba R 2023: Comparação dos Preços de Bens Alimentares Essenciais entre as Cidades de Maputo, Beira e Nampula, Destaque Rural no 236, Maputo.

Außenhandelskammer (AHK) 2023: Kompetenzzentrum für die Ernährungs- und Agrarwirtschaft. <https://suedafrika.ahk.de/kompetenzzentren/ernaehrung-und-landwirtschaft>. Data de acesso: 02.08.2023.

Audain K, Levy L, Ellahi B 2019. Sugar-sweetened beverage consumption in the early years and implications for type-2 diabetes: A sub-Saharan Africa context. Proceedings of the Nutrition Society, 78(4), 547-553.

Benjamim A 2022: Controvérsias jurídico-legais da sobretaxa na proteção da indústria açucareira em Moçambique. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/controversias-juridico-legais>. Data de acesso: 19.06.2023.

BIOMIN 2020: World Mycotoxin Survey 2020. <https://www.biomin.net/science-hub/world-mycotoxin>

-survey-impact-2020/. Data de acesso: 16.10.2023

Bioversity, CIAT, FAO, GAIN, Government of Japan, IFAD, IFC, IFPRI, IICA, JICA, World Bank, WPF 2020: Agricultura Nutricionalmente Inteligente em Moçambique. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/119011597121563943/pdf/Nutrition-Smart-Agriculture-in-Mozambique.pdf>

Brauch, MD 2012: Opportunities for Sustainable Public Procurement in Mozambique. International Institute for Sustainable Development.

Brito L, Castel-Branco C, Chichava S, Francisco A (eds.) 2009: Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique, IESE, Maputo.

Brito L, Chaimite E, Pereira C, Posse L, Sambo M, Shankland A 2015: Revoltas de Fome: Protestas Populares em Moçambique (2008-2012). Cadernos de IESE no 14P/2015, Maputo.

Bundesministerium für Ernährung und Landwirtschaft 2023 (BMEL): Codex Alimentarius- Geltungsbereich, Aufbau und Historie. <https://www.bmel.de/DE/themen/internationales/aussenwirtschaftspolitik/codex-alimentarius/codex-alimentarius-info.html>. Data de acesso: 08.08.2023.

Brauch, MD 2020 (World Bank Group): Assessment of the Public Procurement System. Main Report, Volume I, June 2019, updated May 2020

Brauch, MD 2012: Opportunities for Sustainable Public Procurement in Mozambique. International Institute for Sustainable Development

Cambaza E, Koseki S, Kawamura S 2018a: Aflatoxins in Mozambique: Impact and Potential for Intervention. In: Agriculture 2018, 8(7), 100; <https://doi.org/10.3390/agriculture8070100>

Cambaza E, Koseki S, Kawamura S 2018b: Aflatoxins in Mozambique: Etiology, Epidemiology and Control. <https://www.mdpi.com/2077-0472/8/7/87>. Data de acesso: 17.06.2023.

Cambaza E, Koseki S, Kawamura S 2018c: Communication: A Glance at Aflatoxin Research in Mozambique. In: International Journal of Environmental Research and Public Health 2018, Aug 7; 15(8):1673. doi: 10.3390/ijerph15081673. PMID: 30087243; PMCID: PMC6121502.

CARE 2017: Policy Analysis. Food Security, nutrition, climate change, resilience, gender and the small scale farmers. Mozambique. <https://www.care.org.mz/contentimages/policyanalysisMozambique-final.pdf>. Data de acesso: 14.10.2023.

Caro P 2023: How effective are policy interventions in food environments? In: Rural 21 (3) 23.

Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) 2022: Desenvolvimento Review, 26 de Julho 2022, Ano 03, no 29.

Chaquisse, A.; D' Aprille, A. 2021: A alimentação é um investimento necessário e de alto retorno para as crianças, suas famílias e toda a sociedade. Maputo: Nações Unidas. <https://mozambique.un.org/pt/114122-%E2%80%9C-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-%C3%A9-um-in->

vestimento-necess%C3%A1rio-e-de-alto-retorno-para-crian%C3%A7as-suas. Data de acesso: 13.10.2023.

Club of Mozambique, January 4th, 2023: Mozambique: New VAT Code in force since January 1st. <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-new-vat-code-in-force-since-january-1st-231331/> Data de acesso: 13.10.2023.

Codex Alimentarius Commission (CAC) 2013: Codex General Standard for Contaminants and Toxins in Food and Feed; Codex Stan 193, 1995; Food and Agriculture Organization: Rome, Italy.

Codex Alimentarius Commission (CAC). Joint FAO/WHO Food Standards Programme Codex Committee on Food Labelling 2017: Discussion paper on consideration of ISS uses regarding front-of-pack nutrition labelling. Report no.: CX/FL 17/44/7. Agenda Item 7. www.fao.org/fao-who-codexalimentarius. Data de acesso: 08.07.2023.

CPLP 2015: Guia rápido ESAN CPLP. Lisboa. <https://san.cplp.org/esan/documentacao-importante/>.

CPLP 2023: CONSAN - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. <https://san.cplp.org/consan/>. Data de acesso: 23.08.2023.

da Silva R 2022: Política de terras em Moçambique: ‘Falta ouvir camponeses’. DW. <https://www.dw.com/pt-002/pol%C3%ADtica-de-terras-em-mo%C3%A7ambique-falta-ouvir-camponeses/a-61214369>. Data de acesso: 21.07.2023.

Damasceno A, Cubula B, Lunet N 2017: Relatório final: Avaliação dos factores de risco das Doenças Não Transmissíveis na população moçambicana - STEPS 1,2,3 Moçambique 2014/2015. Maputo. https://cdn.who.int/media/docs/default-source/ncds/ncd-surveillance/data-reporting/mozambique/relatorio_final_steps_2015_mozambique.pdf?sfvrsn=1907f08a_1&download=true. Data de acesso: 19.10.2023.

de Mel Trinidad Dias I 2017: O Brasil como promotor do desenvolvimento e a cooperação em segurança alimentar e nutricional na CPLP: atores e dinâmicas da transferência de políticas. Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais. Brasília.

de Oliveira MI 2014: Análise de Políticas Públicas de Nutrição Coordenadas pelo SETSAN (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional): Estudo de Casa da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique, Dissertação, UFRRJ.

Deutsche Auslandshandelskammern (AHK): Einfuhrbestimmungen und Normen für Lebensmittel und landwirtschaftliche Erzeugnisse Mosambik. <https://suedafrika.ahk.de/kompetenzzentren/ernaehrung-und-landwirtschaft>. Data de acesso: 11.07.2023.

Diabetes Ireland 2023: Understanding Food Labels. <https://www.diabetes.ie/living-with-diabetes/living-with-type-2/food-diabetes/understanding-food-labels>. Data de acesso: 10.07.2023.

Diário Económico 06/01/2023: Moçambique já dispõe de uma plataforma para financiamento do sector agrícola. diarioeconomico.co.mz/2023/06/01/negocios/agronegocios/mocambique-ja-dispoe

-de-uma-plataforma-para-financiamento-do-sector-agrario/ Data de acesso: 14.07.2023.

Diário Económico, 22/05/2023: Governo Pretende Controlar os Preços Dos Produtos da Cesta Básica Para Evitar Especulação. <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/05/22/negocios/comercio/governo-pretende-controlar-os-precos-dos-produtos-da-cesta-basica-para-evitar-especulacao/>. Data de acesso: 21.10.2023.

Diário Economico, 17/11/2023: Novo Regulamento de Contratação de Empreitados Públicos em Vigor.

Dias J 2023: Formulação e monitoramento de políticas e programas de segurança alimentar e nutricional e meio ambiente na CPLP: Participação e mobilização em rede. In: Anais da I Conferência Internacional de Políticas Públicas e Ciência de dados do Amazonas / II Conferência de Ciência de Dados para as Ciências Sociais, 2023. Campinas: Galoá, 2023. <https://proceedings.science/cippcdam-2023/trabalhos/formulacao-e-monitoramento-de-politicas-e-programas-de-seguranca-alimentar-e-nut?lang=pt-br>. Data de acesso: 21.08.2023.

Dias J sem data: A governança da SAN na CPLP: participação social e promoção do direito humano à alimentação e nutrição adequadas no CONSAN-CPLP. Políticas de abastecimento e compras públicas. Dossiê Sistemas Alimentares: Fome, Corporações e Alternativas.

DIE 2016: Addressing Food Insecurity in Sub-Saharan Africa: The role of Cash Transfers. Bonn.

Direção-Geral da Saúde (DGS) 2023: Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS): <https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/pnpas/modificacao-da-procura-educacao/res-tricoes-a-publicidade-alimentar-dirigida-a-criancas/>. Data de acesso: 12.07.2023.

Djojosoeparto SK, Kamphuis CBM, Vandevijvere S, Harrington JM, Poelman MP on behalf of the JPI-HDHL Policy Evaluation Network 2021: The Healthy *Food Environment Policy Index* (Food-EPI): European Union. An assessment of EU-level policies influencing food environments and priority actions to create healthy food environments in the EU. Utrecht, Utrecht University.

Doledec D 2014: Analysis of the Sentinel Site Nutrition Surveillance System in Mozambique. Washington.

Egnell M, Talati Z, Pettigrew S, Galan P, Herzberg S, Julia C 2019: Comparison of front-of-pack labels to help German consumers understand the nutritional quality of food products. Color-coded labels outperform all other systems. *Ernährungsumschau* 66(5): 76–84.

ENN, sem data: Mapping SUN Movement Networks in 17 fragile and conflict-affected states: A snapshot of developments and progress.

European Union: Knowledge Centre for Food Fraud and Quality 2023: https://knowledge4policy.ec.europa.eu/food-fraud-quality/topic/food-quality_en. Data de acesso: 11.07.2023.

Fiege, K 2019: Configurar a Pesquisa em função da Prática – Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão. Um Manual. Berlim, Maputo, Rio de Janeiro.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2004: Worldwide Regulations for Mycotoxins in Food and Feed in 2003; Food and Agricultural Organisation (FAO) Food and Nutrition Paper 81; FAO, Rome.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2010: Fats and fatty acids in human nutrition: report of an expert consultation. FAO Food and Nutrition Paper 91. FAO, Rome.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2011: Mozambique Nutrition Profile. Nutrition and Consumer Protection Division.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2013: Situação da Governança da Segurança alimentar e nutricional e papel da agricultura familiar nos países da CPLP.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 08/05/2017: FAO Moçambique partilha em Genebra (Suíça) sucesso no cancelamento de registos de pesticidas e consequente banimento do seu uso em Moçambique. <https://www.fao.org/mozambique/news/detail/pt/c/1010752/>. Data de acesso: 28.08.2023.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2022: Development of Food Based Dietary Guidelines and Strengthening of Extension Services for Improved Food and Nutrition Security in Mozambique.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2023a: FAOLEX Database. Mozambique. Law No. 17/2018 creating the National Quality System (SINAQ). <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC196766/>. Data de acesso: 29.07.2023.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2023b: FAOLEX Database. Mozambique. Decree No. 19/2021 approving the Regulation of the National Quality System (SINAQ). <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC203385/>. Data de acesso: 29.07.2023.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2023c: Mozambique prohibits Highly Hazardous Pesticides. <https://www.fao.org/in-action/mozambique-prohibits-highly-hazardous-pesticides/en/>. Data de acesso: 11.07.2023.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2023d: Food labelling. <https://www.fao.org/food-labelling/en/>. Data de acesso: 02.08.2023.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2023e: Applying the FIES. <https://www.fao.org/in-action/voices-of-the-hungry/using-fies/en/>. Data de acesso: 21.10.2023.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO 2023: The State of Food Security and Nutrition in the World. Urbanization, Agrofood Systems, Transformation and Healthy Diets across the Rural-Urban Continuum. FAO, Rome.

Fret B, Pinto J 2015: Moçambique, PRONAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, Projecto piloto em 12 escolas primárias das províncias de Tete, Nampula, Manica e Gaza, Avaliação externa, Resumo executivo.

Global Child Nutrition Foundation (GCNF): GCNF GLOBAL SURVEY 2021. Program report: Mozambique: All data from the 2021 school year.

Global Nutrition Report (GNR) 2022: Stronger commitments for greater action. Bristol, UK: Development Initiatives. <https://globalnutritionreport.org/resources/nutrition-profiles/africa/eastern-africa/mozambique/>. Data de acesso: 15.06.2023.

ReliefWeb, 6 May 2022: Mozambique – Disaster Risk Assessment (November 2021). <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-disaster-risk-assessment-november-2021>. Data de acesso: 21.10.2023.

Governo de Moçambique 1987: Decreto Regulation on Food Additives. Boletim da República, I Série n.º 38, 23 de Setembro de 1987.

Governo de Moçambique 2016: Regulamento da lei de Defesa do Consumidor; In 7; Assembleia da República, Ed.; Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo, 2016; Volume 27, pp. 505–510.

Governo de Moçambique, Assembleia da República 1999: Lei n.º 6/99. Regulamento de Acesso de Menores a Recintos Públicos de Diversão Nocturna, Videogramas e Venda e Consumo de Bebidas Alcoólicas e de Tabacos. Boletim da República, I Série n.º 4, 2 de Fevereiro 1999.

Governo de Moçambique, Assembleia da República 2017: Lei n.º 12/2017: Lei de medicamento, vacinas e outros produtos biológicos para o uso humano e revoga a Lei n.º 4/98, de 14 de Janeiro. I Série n.º 141, 8 de Setembro de 2017.

Governo de Moçambique, Assembleia da República 2007: Lei n.º 23/2007: Aprova a Lei do Trabalho e revoga a Lei n.º 8/98. I Série n.º 311, 20 de Julho.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2006: Decreto n.º 15/2006 de 22 de Junho. Regulamento sobre os Requisitos Higiénico-Sanitários de Produção, Transporte, Comercialização e Inspeção e Fiscalização de Géneros Alimentícios. Boletim da República. I Série n.º 25.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2009: Decreto n.º 261/2009: Aprova o Regulamento de Sanidade Animal. Boletim da República, I Série n.º 32, 3.º Suplemento, 17 de Agosto de 2009.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2010: Decreto Lei n.º 2/2010 de 31 de Dezembro: Estabelece as disposições que regem a actividade de metrologia no país. Boletim da República, I Série n.º 52, 17.º Suplemento.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2011: Decreto n.º 17/2011: Regulamento do Decreto Lei n.º 2/2010, de 31 de Dezembro, que estabelece as disposições que regem a actividade de Metrologia. Boletim da República, I Série n.º 21, 1.º Suplemento, 26 de Maio de 2011.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2011: Decreto n.º 47/2011: Aprova o Regulamento da Obrigatoriedade da Afixação de Preços em Moeda Nacional para a Generalidade de Produtos e Serviços Objecto de Comércio. Boletim da República I Série n.º 40, 4.º Suplemento, 10 de Outubro de 2011.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2013: Decreto n.º 54/2013: Aprova o Regulamento sobre o Controlo da Produção, Comercialização e Consumo de Bebidas Alcoólicas. Boletim da República, I Série n.º 80, 7 de Outubro de 2013.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2016: Decreto n.º 38/2016: Provoca o Códio de Publicidade. Boletim da República, I Série n.º 104, 31 do Agosto 2016.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2019: Decreto n.º 76/2019: Redefine as competências, composição e órgãos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado pelo Decreto n.º 69/2017, de 6 de Dezembro. Boletim da República, I Série n.º, 17 de Setembro de 2019.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2020: Decreto n.º 80/2020: Aprova o Regulamento para o Controlo Hígio-Sanitário dos Produtos da Pesca. I Série n.º 172, 8 de Setembro.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros 2021: Resolução n.º 52/2021: Aprova o Programa Nacional Industrializar Moçambique, abreviadamente designado por PRONAI. Boletim da República, I Série no.º 203.

Governo de Moçambique, Conselho de Ministros, 2022: Decreto n.º 8/2022: Regulamento de Normalização e Avaliação da Conformidade. Boletim da República, I Série n.º 50, 14 de Março de 2022.

Governo de Moçambique, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural 2002: Diploma Ministerial n.º 218/2002: Aprova o Regulamento de Identificação e Registo de Gado. Boletim da República, I Série n.º 40. 2º Suplemento, 5 de Dezembro de 2002.

Governo de Moçambique, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural 2002: Diploma Ministerial n.º 219/2002: Aprova o Regulamento de Sanidade Pecuária. Boletim da República, I Série n.º 40, 2º Suplemento, 5 de Dezembro de 2002.

Governo de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças 2015: Diploma Ministerial n.º 100/2015: Actualiza os preços de referência do açúcar para efeitos de determinação da sobretaxa devida na sua importação. Boletim da República, I Serie 92. 1º Suplemento, 19 de Novembro de 2015.

Governo de Moçambique, Ministério das Pescas 2011: Diploma Ministerial n.º 247/2011: Aprova o regime jurídico específico a ser observado na rotulagem e publicidade dos produtos alimentares de origem aquática. I Série n.º 44.

Governo de Moçambique, Ministério do Plano a Finanças 2001: Diploma Ministerial n.º 56/2001: Aprova o Regulamento do Regime Aduaneiro na Importação de Açúcar. Boletim da República, I Série n.º 15, 11 de Abril de 2001.

Governo de Moçambique, Ministério da Saúde 1984: Diploma Ministerial n.º 51/84 de 3 de Outubro: Regulamento sobre os Requisitos Higiénicos dos Estabelecimentos Alimentares. I Série —Número 40. 03-de Outubro de 1984.

Gregório MJ, Salvador C, Bica M, Graça P, Telo de Arriaga M 2022: *The Healthy Food Environment Policy Index (Food-EPI): Relatório de resultados para Portugal*. Lisboa, Programa Nacional para a

Promoção da Alimentação Saudável, Direção-Geral da Saúde.

Heinrich-Böll-Stiftung, Friends of the Earth Europe, Bund für Umwelt und Naturschutz, PAN Europe 2022: The PESTICIDE ATLAS 2022.

Henriques, Rocha & Associados 2017: Packaging and Labelling in Mozambique. https://www.hr-legalcircle.com/xms/files/v1/Noticias/2017/Greenfield_Training_-_HRA_Packaging_and_Labelling.pdf. Data de acesso: 10.07.2023.

Hernández-Ruiz A, Madrigal C, Soto-Méndez MJ, Gil A 2022: Challenges and perspectives of the double burden of malnutrition in Latin America. *Clin. Investig. Arterioscler.* 2022, 34 (Suppl. S1), S3–S16.

Hilberink A, Mansharamani S, Kastia A, Dessai D, Nyhus Dhillon C, Hummel M, March 2023: Existing workforce nutrition policies in Mozambique and opportunities for improvement. Global Alliance for Improved Nutrition (gain).

Hodges A, Bischler J 2022: Relatório de Avaliação Intermédia da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016-2024). Ministério do Género, Criança e Accção Social. Technical Report. Maputo.

Hoerr FJ 2020: Mycotoxicoses. In: Swayne DE, Boulianne M, Logue CM, McDougald LR, Nair V, Suarez DL, *et al.* Diseases of poultry. 14th ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons; 2020. p. 1330–1348. <https://doi.org/10.1002/9781119371199.ch31>

Hooper L, Abdelhamid A, Bunn D, Brown T, Summerbell CD, Skeaff CM 2015: Effects of total fat intake on body weight. *Cochrane Database Syst Rev.* 2015 (8):CD011834.

Hwalla N, El Labban S, Bahn RA 2016: Nutrition Security is an integral component of food security. Taylor & Francis Online 2016, *Frontiers in Life Science*, Volume 9. <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/21553769.2016.1209133?needAccess=true>.

INFORMAS 2023: International Network for Food and Obesity/non-communicable Disease Research, Monitoring and Action Support. <https://www.informas.org>. Data de acesso: 03.12.2023.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2021: Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20 Relatório Final. Maputo. https://www5.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/IOF%202019_20%20Final%2022_09_2021.pdf. Data de acesso: 19.10.2023.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2023a: Inquérito Demográfico e de Saúde 2022-23, Maputo.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2023b: Inquérito sobre Orçamento Familiar IOF. Relatório Final, Maputo.

Instituto Nacional de Saúde (INS) June 6, 2023: Institutos de saúde e conselhos de segurança alimentar da CPLP chamados a focar insegurança alimentar. <https://ins.gov.mz/institutos-de-saude-e-conselhos-de-seguranca-alimentar-da-cplp-chamados-a-focar-inseguranca-alimentar/>. Data de acesso: 19.10.2023.

Integrated Food Security Phase Classification (IPC) 2023. <https://www.ipcinfo.org/ipcinfo-website/where-what/southern-africa/mozambique/en/>.

International Policy Centre for Inclusive Growth/ Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) 2019: Avaliação da Cobertura e das Incidências dos Benefícios da Fortificação de Alimentos em Moçambique. https://ipcig.org/pub/port/RR32PT_Avaliacao_da_Cobertura_e_das_Incidencias_dos_Beneficios.pdf. Data de acesso: 13.06.2023.

International Trade Administration, U.S. Department of Commerce, 2022: Mozambique - Country Commercial Guide: Labeling/Marking Requirements. <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/mozambique-labelingmarking-requirements>. Data de acesso: 06.08.2023.

JA4CHANGE, 28 de Março de 2023: Sabias que está a decorrer o processo de revisão da Lei de Terras?. <https://justica-ambiental.org/2023/03/28/sabias-que-esta-a-decorrer-o-processo-de-revisao-da-lei-de-terras/>. Data de acesso: 21.07.2023.

Joint WHO/FAO consultation 2003: Diet, nutrition, and the prevention of chronic diseases. Joint WHO/FAO consultation. Geneva, Technical Report Series No. 916.

Joint FAO/WHO Expert Consultation on Fats and Fatty Acids in Human Nutrition 2008: Interim Summary of Conclusions and Dietary Recommendations on Total Fat & Fatty Acids. Geneva.

Kanter R, Vanderlee L, Vandevijvere S 2018: Front-of-package nutrition labelling policy: global progress and future directions. *Public Health Nutr* 21: 1399–1408.

Kasapila W, Shawa P 2011: Use and understanding of nutrition labels among consumers in Lilongwe (Malawi). In: *African Journal of Food Agriculture Nutrition and Development* 11 (5): 5171-5186.

Kasapila W, Shaarani SM 2013: A survey of nutrition labelling on packaged foodstuffs sold in Malawi: Manufacturer practices and legislative issues. *Food Control* 30 (2): 433-438.

Kennedy E, Jafari A, Stamoulis KG, Callens K, 2020: The first Programme food and nutrition security, impact, resilience, sustainability and transformation: Review and future directions. *Glob Food Sec.* 2020 Sep; 26:100422.

Kumar P, Chauhan S, Patel R, Srivastava S, Bansod DW 2021: Prevalence and factors associated with triple burden of malnutrition among mother-child pairs in India: a study based National Family Health Survey 2015-16. In: *BMC Public Health* 21 (391).

Laar A, Barnes A, Tandoh A, Bash K, Aryeety R, Mensah K, Zotor F, Vandevijvere S, Holdsworth M 2018: Benchmarking Ghana’s Food Environment Policies against examples and progress within development cycle: The Ghana Healthy Food Environment Policy Index (Food-EPI) Evidence Paper.

Laar A, Tandoh A, Barnes A, Bash K, Aryeetey R, Mensah K, Vandevijvere S, Holdsworth M 2019: Benchmarking Ghana’s Policies for Creating Healthy Food Environments compared to international examples and in relation to stage of local policy action. Ghana Healthy Food Environment Policy Index (Food-EPI) country scorecards and priority recommendations for action.

Laar AK, Addo P, Aryeetey R, Agyemang C, Zotor F, Asiki G, Rampalli KK, Amevinya GS, Tandoh A, Nanema S *et al.* Perspective 2022: Food Environment Research Priorities for Africa—Lessons from the Africa Food. Environment Research Network. *Adv. Nutr.* 2022 (13): 739–747.

Leão M, Maluf R 2012: A construção social de um sistema público de segurança alimentar- a experiência brasileira, Brasília.

Mayounga AT (2018): Antecedents of recalls prevention: analysis and synthesis of research on product recalls”. *Supply Chain Forum.* 19 (3): 164–177. doi:10.1080/16258312.2018.1530575. S2CID 169860121.

Mazuze AB, Armando AL 2023: Opinião: O direito de publicidade e de marketing em Moçambique. In: *Vida Judiciária.* <https://www.vidaeconomica.pt/vida-judiciaria-0/o-direito-de-publicidade-e-de-marketing-em-mocambique>. Data de acesso: 12.07.2023.

Mecanismo de Facilitação da Participação do Setor Privado no CONSAN-CPLP (MSP-CONSAN) 2023: MSP-CONSAN. <https://msp-consan.org>. Data de acesso: 05.09.2023.

MenuCalc Nutrition Calculator 2023: FDA Menu Board Labeling Guidelines. <https://menucalc.com/menu-labeling-requirements-guide-for-restaurants/>. Data de acesso: 07.07.2023.

Milhorance C 2018: FAO: PAA Africa’s contributions to the consolidation of PRONAE in Mozambique. Working Paper number 170, June 2018.

Ministério da Agricultura (MINAG) 2012: Background information on the Situation of Phytosanitary Capacity in Mozambique. Mozambique conducted a PCE.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) 2022a: Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário II, 2022-2026.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) 2022b: Criado o Conselho Provincial de Segurança Alimentar e Nutricional em Cabo Delgado e Zambézia. <https://www.agricultura.gov.mz/criado-o-conselho-provincial-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-em-cabo-delgado-e-zambezia/>. Data de acesso: 17.07.2023.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) 2023: Sanidade Vegetal. <https://www.agricultura.gov.mz/agricultura/sanidade-vegetal/>. Data de acesso: 06.08.2023.

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED) 2020: Plano Estratégico da Educação 2020-2029. Maputo

Ministério da Economia e Finanças (MEF) 2023: PAE – Pacote de Medidas de Aceleração Económica. <https://pae.gov.mz/medida/12/>. Data de acesso: 15.10.2023.

Ministério da Educação (MINED) 2012: Estratégia do Desenvolvimento Integrado da Criança em Idade Pré-Escolar (DICIPE), 2012-2021. Maputo.

Ministério da Indústria e Comércio (MIC) 2016: Política e Estratégia Industrial 2016-2025. Maputo.

Ministério da Indústria e Comércio (MIC), Programa Nacional De Fortificação dos Alimentos (PFNA) 2019: The National Food Fortification Program in Mozambique, 2011-2018: Achievements, Challenges and Opportunities.

Ministério da Indústria e Comércio (MIC) 08/11/2022: MIC E MISAU celebram Semana Nacional do Sal Iodado. <https://www.mic.gov.mz/por/Noticias/MIC-E-MISAU-celebram-Semana-Nacional-do-Sal-Iodado>. Data de acesso: 06.12.2023.

Ministério da Indústria e Comércio (MIC) 2023a: PICA. <https://www.mic.gov.mz/por/Comercio-Inter-no/PICA>. Data de acesso: 15.10.2023.

Ministério da Indústria e Comércio (MIC) 30/03/2023, 2023b: Lançada Estratégia Nacional de Fortificação de Alimentos 2023-2027. <https://www.mic.gov.mz/por/Noticias/Lancada-Estrategia-Nacional-de-Fortificacao-de-Alimentos-2023-2027>. Data de acesso: 19.10.2023.

Ministério da Saúde (MISAU) 2015: Estratégia de comunicação para a Mudança Social e de Comportamento para a Prevenção da desnutrição em Moçambique. 2015-2019. Maputo.

Ministério da Saúde (MISAU), Direcção Nacional de Saúde Pública, Departamento de Nutrição 2018: Estratégia de Alimentação Saudável, Actividade Física e Saúde 2019-2023. Maputo.

Ministério da Saúde (MISAU) 2020: Plano Estratégico Multisectorial de Prevenção e Controlo de Doenças não Transmissíveis, 2020-2029, Maputo.

Ministério da Saúde (MISAU) diferentes anos: Boletim Mensal Estatístico de Saúde. Maputo.

Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) 2019: Plano Nacional de Acção Contra a Resistência Antimicrobiana, 2019 – 2023. Maputo. https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/agrm4_e.htm. Data de acesso: 23.10.2023

Moçambique para todos 2013: Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula - Comunicado de Imprensa. https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/10/plataforma-provincial-da-sociedade-civil-de-nampula-comunicado-de-imprensa.html. Data de acesso: 18.07.2023.

Mosca J 2011: Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009), Maputo, escolar editora.

Mogues T, Billings L: 2019 (IFPRI): The making of public investments: The role of champions, co-ordination, and characteristics of nutrition programmes in Mozambique, Food Policy, Elsevier, 83, pp. 29-38.

Nhate V, Massingarela C, Savucci V 2014: The Political Economy of Food Price Policy in Mozambique. In: Pinstrip-Anderson (ed) 2014: Food Price Policy in an Era of Market Instability: A Political Economy Analysis. Oxford University Press.

Nel JH, Steyn NP 2022: The Nutrition Transition and the Double Burden of Malnutrition in Sub-Saharan African Countries 2022: How Do These Countries Compare with the Recommended LAN-CET COMMISSION Global Diet? Int. J. Environ. Res. Public Health 2022 (19): 16791. <https://doi.org/10.3390/ijerph192416791>

Netvisual 2019: A Guide to Menu Board Labelling Requirements in Ontario. <https://netvisual.ca/a-guide-to-menu-board-labelling-requirements-in-ontario/>. Data de acesso: 07.07.2023.

Nishida C, Uauy R 2009: WHO scientific update on health consequences of trans fatty acids: Introduction. *Eur J Clin Nutr.* 2009 (63, Suppl2): 1–4.

OCHA Services Relief Web Marco 2022: Nutrition Security is vital for Food Security - here's how Rise Against Hunger addresses both - World | ReliefWeb. Data de acesso: 06.12.2023.

O País, 01/03/2022: <https://opais.co.mz/mais-de-366-mil-alunos-beneficiam-se-de-alimentacao-escolar-no-pais/>

Oliveira MI 2014: Análise de Políticas de Nutrição Coordenadas pelo SETSAN (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional: Estudo de Caso da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique. UFRRJ, Dissertação, Instituto de Florestas, Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro.

Organização Mundial de Saúde (OMS) 2017: Relatórios STEPs, Relatório Final. Avaliação dos Factores de Riscos das Doenças Não Transmissíveis na População, STEPs 1,2,3, Nov. 2014/15, Maputo 2017.

Our World in Data 2023: <https://ourworldindata.org/obesity>.

Pernechele V, Fontes F, Baborska R, Nkuingoua J, Pan X, Tuyishime C 2021: Public expenditure on food and agriculture in Sub-Saharan Africa. Trends, Challenges and Priorities.

Peshin SS, Lall S, Gupta SK 2002: Potential food contaminants and associated health risks. *Acta Pharmacologica Sinica* 23(3): 193-202.

Phulkard S, Lawrence M, Vandevijare S, Sacks G, Worsley A, Tangcharoensathin V 2016: A review of methods and tools to assess the implementation of government policies to create healthy food environments for preventing obesity and diet-related non-communicable diseases. Open Access. *Bio Med Control.*

Plataforma da Sociedade Civil para o Movimento SUN Moçambique (PSC-SUN, Moçambique) 2021: Guião de Acção parlamentar pela Nutrição em Moçambique.

Policy Evaluation Network (PEN) 2021: *The Healthy Food Environment Policy Index (Food EPI)*: European Union. An assessment of EU-level policies influencing food environments and priority actions to create healthy food environments in the EU. Summary. Wageningen.

Policy Evaluation Network PEN 2023: <https://www.jpi-pen.eu/>. Data de acesso: 03.12.2023.

Popkin BM, Ng SW 2021: The nutrition transition to a stage of high obesity and noncommunicable disease prevalence dominated by ultra-processed foods is not inevitable. *Obes. Rev.* 2021, 23, e13366.

Popkin BM 2002: Part II. What is unique about the experience in lower- and middle income less-industrialised countries compared with the very-high income industrialised countries? The shift in stages of the nutrition transition in the developing world differs from past experiences! *Public Health Nutrition*: 5(1A), 205–214.

Portal do Governo de Moçambique 18/07/2017: Para breve rotulagem em português de produtos importados. <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/PR-recebe-primeira-ministra-da-Italia-Giorgia-Meloni/Para-breve-rotulagem-em-portugues-de-produtos-importados>. Data de acesso: 23.10.2023.

PWC 2023: Worldwide Tax Summaries 2 de Agosto 2023 <https://taxsummaries.pwc.com/mozambique/corporate/other-taxes>.

Redactor 2023: Alterações ao código Imposto sobre Consumos Específicos. <https://redactormz.com/alteracoes-ao-codigo-imposto-sobre-consumos-especificos/>

Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP), 2023: REDSAN-CPLP. <https://www.redsan-cplp.org/>. Data de acesso: 22.08.2023.

República de Moçambique 2014: Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035). Maputo.

República de Moçambique 2020: Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique, 2011-2014. Maputo.

República de Moçambique 2022: PEDSA 2030. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário. Maputo. <https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz214715.pdf>. Data de acesso: 19.10.2023.

República de Moçambique s.A.: Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024. Maputo.

República de Moçambique, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural 2022: PEDSA 2030 – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário. Maputo.

República de Moçambique, Presidência da República, Gabinete de Imprensa 2023: Comunicado de Imprensa: Presidente da República promulga Leis. (Lei do Trabalho nº 13/2023)

RFI, 27/03/2020: Covid-19: Moçambique alerta contra especulação e corrida aos alimentos. <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20200327-covid-19-mo%C3%A7ambique-alerta-contra-especula%C3%A7%C3%A3o-e-corrida-aos-alimentos>. Data de acesso: 23.10.2023.

Roodenburg AJC, Popkin BM, Seidell JC 2011: Development of international criteria for a front of package food labelling system: the International Choices Programme AJC. In: *European Journal of Clinical Nutrition* (65): 1190–1200.

Sacks G for the Food-EPI Australia project team 2017: Policies for tackling obesity and creating healthier food environments. Scorecard and priority recommendations for Australian governments. Melbourne: Deakin University.

Schuller K 2016. The Food and Nutrition Security Strategy of the Community of Portuguese Language Countries. Dissertação de mestrado em Direitos Humanos. Orientadores: Olivier de Schutter e Matthias Sant’Ana. University of Namur, Saint Louis University, Catholic University of Louvain.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2014: Relatório de Progresso Annual: Compêndio dos Perfis Nacionais. Setembro 2014.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2018a: Budget Analysis for Nutrition. A guidance note for countries.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2018b: Joint-Assessment by the multi-stakeholder platform: Mozambique.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2018c: *The Scaling Up Nutrition (SUN) Movement Annual Progress Report 2018*.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2019: Evolução da Planificação, orçamentação e execução de actividades de nutrição em Moçambique (2010-2019). Sem local.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2020a: Joint-Assessment by the multi-stakeholder platform Mozambique.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2020b: Progress Report 2020 Part 3.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2021. Country Profile Mozambique <https://scalingupnutrition.org/sun-countries/mozambique>.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2022: SUN Country Profile Mozambique. <https://scalingupnutrition.org/sites/default/files/2023-08/mozambique-en.pdf>.

Scaling Up Nutrition (SUN) 2023: SUN Donor Network. <https://scalingupnutrition.org/about-us/our-governance/our-networks/sun-donor-network>. Data de acesso: 04.09.2023.

SETSAN, 2005: Estudo de Caso sobre a Segurança Alimentar e Nutricional no Processo de Desenvolvimento de Moçambique. <https://www.unscn.org/layout/modules/resources/files/Mozambique2005.pdf>. Data de acesso: 19.10.2023.

SETSAN, 2007: Estratégia e Plano de Accão de Segurança Alimentar e Nutricional 2008-2015, Maputo

Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) 2020a: Apresentação sobre o plano do III estudo de base de SAN 2020, Reunião de Maputo Food Security Cluster, 6. Agosto de 2020.

Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) (ed.) 2020b: Relatório da Avaliação Remota (mVAM) de Segurança Alimentar e Nutricional, Setembro 2020. Maputo. <https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-da-Avaliacao-Remota-de-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional-Setembro-2020.pdf>. Data de acesso: 19.10.2023.

Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) 2022: Relatório de Segurança Alimentar Pós-Colheita de 2022, Marco 2023.

Shephard GS 2004: Mycotoxins worldwide: current issues in Africa. In: Barug D, van Egmond H, Lopez-Garcia R, van Ossenbruggen T, Visconti A (Eds.), Meeting The Mycotoxin Menace, Wageningen Academic, Wageningen, pp. 81-88.

Silano M, Silano V 2017: Food and feed chemical contaminants in the European Union: Regulatory, scientific, and technical issues concerning chemical contaminants occurrence, risk assessment, and risk management in the European Union. In: Critical Reviews in Food Science and Nutrition 57 (10): 2162-2217. DOI: 10.1080/10408398.2015.1059313.

Sineque AR, Anjos FRD, Macuamule CL. Aflatoxin Contamination of Foods in Mozambique 2019: Occurrence, Public Health Implications and Challenges. J Cancer Treatment Diagn. 3(4): 21-29.

Sineque, AR, Macuamule CL, Dos Anjos FRD 2017: Aflatoxin B1 contamination in chicken livers and gizzards from industrial and small abattoirs, measured by ELISA technique in Maputo, Mozambique. Int. J. Environ. Res. Public Health 14: 951.

Solidaridad, 18 January 2022: Mozambique on the right path towards food safety. <https://www.solidaridadnetwork.org/news/mozambique-on-the-right-path-towards-food-safety/>. Data de acesso: 28.08.23.

Sphere Association 2018: The Sphere Handbook: Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response, fourth edition, Geneva, Switzerland. www.spherestandards.org/handbook.

Stroheker T, Scholz G, Mazzatorta P 2017: A new global scientific tool for the assessment and prioritization of chemical hazards in food raw materials, Food Control (79): 218-226.

Swensson LFJ, Klug I 2017: Implementation of decentralised food procurement programmes and the impact of the policy, institutional and legal enabling environments: the case of PRONAE and PAA Africa in Mozambique. FAO, working paper number 161, September 2017.

Swinburn B, Sacks G, Lobstein T, Rigby N, Baur LA, Brownell KD, Gill T, Seidell J, Kumanyika S 2008: International Obesity Taskforce Working Group on Marketing to Children: Sydney Principles' for reducing the commercial promotion of foods and beverages to children. Public Health Nutrition, 11(9), 881–6. <https://doi.org/10.1017/S136898000800284X>.

Swinburn, B., Vandevijvere, D., Kraak, V., Sacks, G., Snowdon, G., Hawkes, C., Barquera, S., Friel, S., Kelly, B., Kumanyika, S., L'Abbé, M., Lee, A., Lobstein, T., Ma, J., Macmullan, J., Mohan, S., Monteiro, C., Neal, B., Rayner, M., Sanders, D., and Walker, C. for INFORMAS 2013: Monitoring and benchmarking government policies and actions to improve the healthiness of food environments: a proposed Government Healthy *Food Environment Policy Index*

Takeshima H, Lee HL 2014: Instrumentos para direccionar subsídios agrícolas para os beneficiários visados. Mozambique Strategy Support Program, International Food Policy Research Institute, Plano de Ação: Nota 3.

Tamele I, Hassouani M, Timba I, Guimarães T, Maia R, Falé Z, Vasconcelos V 2022: Mycotoxins in Mozambique: Need for a national monitoring programme. *S Afr J Sci.* (118): 9/10.

Thow AM, Greenberg St, Hara M, Friel S, du Toit A, Sanders D 2018: Improving policy coherence for food security and nutrition in South Africa: a qualitative policy analysis, *Food Security* (10): 1105-1130.

Todd M, 9/11/2021: Five reasons South Africa isn't ready for health claims on food labels. <https://theconversation.com/five-reasons-south-africa-isnt-ready-for-health-claims-on-food-labels-170386>. Data de acesso: 22.07.2022.

United Nations Children's Fund (UNICEF), diferentes anos: Data Warehouse - UNICEF DATA.

United Nations (UN) 2023: CHEMICALS - Sustainable Development Goals. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/dsd/dsd_aofw_ni/ni_pdfs/NationalReports/mozambique/Chemicals.pdf. [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/dsd/dsd_aofw_ni/ni_pdfs/National Reports/mozambique/Chemicals.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/dsd/dsd_aofw_ni/ni_pdfs/NationalReports/mozambique/Chemicals.pdf). Data de acesso: 20.06.2023.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) 2011: Assessment of Media Development in Mozambique: Based on UNESCO's Media Development Indicators. UNESCO, Paris. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216942>.

United Nations System, Standing Committee on Nutrition 2013: Análise de Políticas Nacionais. Impactos dos sistemas agrícolas e alimentares na Nutrição – Moçambique. Maputo.

United Nations System Standing Committee on Nutrition (UNSCN) 2023: WHAT IS UNSCN. <https://www.unscn.org/>. Data de acesso: 04.09.2023.

UN-Nutrition 2023: A world without malnutrition. <https://www.unnnutrition.org/>. Data de acesso: 27.08.2023.

USAID 2017: Aligning Mozambique's National Quality Infrastructure with the WTO Technical Barriers to Trade Agreement. Mozambique, USAID.

USAID 2018: FANTA: Mozambique Legacy Report. Washington, DC.

USAID 2021: Mozambique: Nutrition Profile.

USDA & GAIN 2022: Food and Agricultural Import Regulations and Standards Country Report Country: Mozambique.

van der Fels-Klerx HJ (Ine), Edwards SG, Kennedy MC, O'Hagan S, O'Mahony C, Scholz G, Steinberg P, Chiodini A 2014: A framework to determine the effectiveness of dietary exposure mitigation to chemical contaminants. *Food and Chemical Toxicology* (74): 360-371.

van Empel C, Urbina W, de Villalobos E 2006: Formulação da Plataforma Nacional de Desenvolvimento Económico Local (DEL): O Caso de Moçambique. ILO. Geneva.

Vandevijvere S, Barquera S, Caceres G, *et al.* 2019: An 11-country study to benchmark the implementation of recommended nutrition policies by national governments using the *Healthy Food Environment Policy Index*, 2015–2018. *Obesity Reviews*. 2019; 20(S2): 57–66.

von Philipsborn P, Geffert K, Klinger C, Hebestreit A, Stratil J, Rehfuess E, sem data: *Food Environment Policy Index (Food EPI)*, Evidenzbericht Deutschland. Policy Evaluation Network (PEN).

von Philipsborn P, Geffert K, Klinger C, Hebestreit A, Stratil J, Rehfuess E 2021: Politik für eine gesunde Ernährung: Ausgangslage und Reformvorschläge. Der *Food Environment Policy Index (Food-EPI)* Ergebnisbericht für Deutschland Oktober 2021. PEN, Leibnitz Institute, LMU.

Vunjanhe J, Adriano V 2015: Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: um longo caminho por trilhar. CERESAN, Textos para discussão.

Welthungerhilfe, Concern Worldwide, Ajuda em Ação 2021: 2021 Índice Global da Fome: Fome e Sistemas Alimentares em Situações de Conflito. Bonn / Dublin.

World Bank 2019: Assessment of the Public Procurement System. Main Report. Volume I. June 2019, updated May 2020.

World Food Programme (WFP) 2010. Análise situacional. https://www.who.int/nutrition/landscape_analysis/Mozambique/en/.

World Food Programme (WFP) 2013: Revised School Feeding Policy: Informal Consultation.

World Food Programme (WFP) 2018a: Fill the nutrition gap Mozambique: Summary report. WFP: Rome.

World Food Programme (WFP) 2018b: School Feeding Situation Analysis Needs and challenges in WFP programming. WFP.

World Food Programme (WFP) 2020: Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2020. Roma, Programa Mundial de Alimentos.

World Health Organization (WHO) 2003: Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases: report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. WHO Technical Report Series, No. 916. Geneva, WHO.

World Health Organization (WHO) 2012: Guideline: Sodium intake for adults and children. Geneva, WHO.

World Health Organization (WHO) 2015: Guideline: Sugars intake for adults and children. Geneva, WHO.

World Health Organisation (WHO) 2016: Progress achieved in restricting the marketing of high-fat, sugary and salty food and beverage products to children. WHO. <http://www.who.int/bulletin/volumes/94/7/15-158667/en>

World Health Organization (WHO) 2018a: Guidelines: Saturated fatty acid and trans-fatty acid intake for adults and children. Geneva: WHO (Draft issued for public consultation in May 2018).

World Health Organization (WHO) 2018b: REPLACE: An action package to eliminate industrial-



ITT

Institute for Technology and
Resources Management in
the Tropics and Subtropics

Faculty of
Spatial Development and
Infrastructure Systems

Technology
Arts Sciences
TH Köln



UNIVERSIDADE ROVUMA